

Nº 568 • ANO LI
DEZEMBRO 2021 • MENSAL • € 1,50

Revista da ARMADA



CENTRO DE MEDICINA SUBAQUÁTICA E HIPERBÁRICA

PLANETÁRIO DE MARINHA
2021 – UMA NOVA VISÃO
DO ESPAÇO

EXERCÍCIO
REP (MUS) 21

CENTENÁRIO DO PRIMEIRO
ESTADO-MAIOR DA ARMADA



MENSAGEM DE NATAL E DE ANO NOVO

DO ALMIRANTE CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

Nesta quadra, quero saudar todos os que nos acompanham, em especial os homens e mulheres que, de forma abnegada e patriótica, servem Portugal na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional.

Saúdo igualmente as associações de ex-militares, constituídas por marinheiros e fuzileiros que honraram a Pátria na Marinha, cujo exemplo de bem-servir continua a ser, para todos nós, fonte de inspiração e justo motivo de orgulho.

O Natal é, na nossa tradição, tempo de partilha, tempo de estar em família, tempo de reforçar os laços de amizade e de solidariedade para com os outros.

Apesar do levantamento de parte das medidas restritivas, o ano que agora finda fica, ainda assim, fortemente marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o nosso dia a dia, afetando as nossas rotinas e a forma como nos relacionamos e interagimos.

Através da implementação de várias medidas excecionais necessárias para proteger todos os que prestam serviço na Marinha e na Autoridade Marítima, foi possível continuar a cumprir a nossa Missão e, simultaneamente, dar resposta a um significativo leque de tarefas, no âmbito do combate à pandemia que fomos chamados a realizar.

Assim, neste contexto particularmente complexo e de grande exigência para todos os que prestam serviço na linha da frente, cumprimos a grande maioria das missões planeadas.

Para além da nossa contínua presença no Mar Português, a Marinha assegurou ainda: a missão de capacitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, as missões Mar Aberto e Frontex, o comando da força naval atribuída à Operação Atalanta, e a participação dos nossos militares em missões da NATO e da União Europeia.

Este foi o nosso contributo para cumprir os compromissos do País com a segurança coletiva, num tempo que é, também, de grandes desafios estratégicos.

Saliento, ainda, o contributo indispensável dos meios da Autoridade Marítima, com o apoio da Marinha, na sensibilização e implementação das medidas impostas pela pandemia, determinante para que os portugueses, bem como aqueles que nos visitaram, pudessem usufruir de uma época balnear em segurança, em contexto pandémico.

Continuo a acompanhar de perto os sacrifícios pessoais e familiares que este nível de empenhamento e exigência representa, pelo que, publicamente, agradeço a cada um dos militares, militarizados e civis da Marinha e da Autoridade Marítima, toda a dedicação e compromisso para com a nossa Missão, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

O meu reconhecimento especial a todos aqueles que pelos requisitos da missão, estão impossibilitados de passar o Natal e as festividades de Ano Novo junto daqueles que lhes são mais próximos.

Agradeço igualmente a todos os militares que estavam na situação de reserva fora da efetividade de serviço e que ao longo do ano de 2021 foram convocados à efetividade para ajudarem no cumprimento da Missão da Marinha.

Bem hajam!

Apesar de algum alívio das restrições impostas pela pandemia, esta é uma quadra natalícia onde devem ser mantidos cuidados e comportamentos de segurança sanitária por toda a família naval.

Nós, “os que andamos no mar”, sabemos que em “águas agitadas” é ainda mais importante manter o rumo e reforçar a confiança, firmes na vontade de vencer os desafios que se deparem à Marinha e à Autoridade Marítima.

Termino com uma palavra de apreço a todos aqueles que nos continuam a acompanhar nas mais diversas plataformas digitais. Obrigado pelo vosso permanente apoio.

Desejo a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo!



Foto SAJ/A. Ferreira Dias


António Maria Mendes Calado
Almirante

SUMÁRIO

- 02** Mensagem de Natal e de Ano Novo do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional

- 06** Strategia (67)

- 08** Com o NRP *Corte-Real* integrado, SNMG1 apoia *Fleet Operational Sea Training*

- 14** Exercício SEABORDER 21

- 15** Polícia Marítima – 102 Anos “No mar, mais além, por bem”

- 16** Guerra no Pacífico. Gadarukanaru

- 17** Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica

- 24** Última Página do Diário de Navegação – NRP *Oliveira e Carmo*

- 26** Cooperação no domínio da Defesa – Angola

- 28** Entregas de Comando/Tomadas de Posse

- 29** Academia de Marinha

- 30** Estórias (75)

- 32** Saúde para Todos (92)

- 33** Quarto de Folga

- 34** Notícias Pessoais / Convívios

- 35** O Céu acredita em nós

- CC** Desenho alusivo ao Natal



Revista da
ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 568 / Ano LI
Dezembro 2021

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM Aníbal José Ramos Borges

Chefe de Redação
CMG M Fernando Manuel Carrondo Dias

Redatora
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SCH C Luís Fernando Pereira de Oliveira

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada- Edifício das Instalações Centrais da Marinha- Rua do Arsenal 1149-001 Lisboa- Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
What Colour Is This?
wcit.pt
info@wcit.pt
Tl: +351219267950

Tiragem média mensal:
3700 exemplares

PLANETÁRIO DE MARINHA 2021 – UMA NOVA VISÃO DO ESPAÇO

04



11 EXERCÍCIO REP (MUS) 21



CENTENÁRIO DO PRIMEIRO ESTADO-MAIOR DA ARMADA – HISTORIAL E AFIRMAÇÃO

20



Capa

Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica sito no Hospital das Forças Armadas.



Fotos SAI/ETC Silva Parracho

PLANETÁRIO DE MARINHA

2021 – UMA NOVA VISÃO DO ESPAÇO

“A noção do tempo desaparece. O espaço adquire outras perspetivas. Durante uma hora somos espetadores, de todas as latitudes e longitudes, do surpreendente espetáculo da abobada celeste”

Esta frase, que descreve os primeiros suspiros da vida do Planetário de Marinha, inicialmente designado Planetário Calouste Gulbenkian, teve o destaque de ser publicada na primeira página do “Diário de Notícias” em 20 de julho de 1965, o dia da sua inauguração. Nesse dia completavam-se dez anos sobre a morte de Calouste Sarkis Gulbenkian.

Desde então os portugueses, com especial incidência do público escolar, passaram a dispor de um novo espaço cultural, proporcionando uma experiência até então desconhecida – sessões de astronomia projetadas numa cúpula.

ORIGEM

A ideia da construção de um planetário em Lisboa surgiu do fascínio e entusiasmo pela astronomia de um oficial da Marinha Portuguesa, o Comandante Eugénio Conceição Silva, quando visitou o planetário de Nova Iorque. Ao longo da sua vida, o Comandante desenvolveu várias atividades relacionadas com este seu passatempo favorito, desde a construção engenhosa de telescópios, que utilizava nas suas observações, passando pela fotografia de astros; algumas destas peças estão expostas na galeria nascente do Planetário.

A genialidade deste projeto reside na sua grandiosidade; ainda hoje, o Planetário de Marinha é um dos maiores planetários da Europa, com uma cúpula de 23 metros de diâmetro, e 300 lugares sentados.

Uma parceria, entre a Marinha Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), tornou o sonho do Comandante Conceição Silva uma realidade – Lisboa iria ter um Planetário. A construção do edifício, da autoria do arquiteto Frederico George, iniciou-se em setembro de 1963. A FCG custeou a aquisição do sistema de projeção ótico – o modelo Planetarium UPP 23/4, uma invenção com patente datada de 1922, também conhecido por “Wonder of Jena” – adquirido à empresa VEB Carl Zeiss-Jena.

Iniciava-se, assim, um ciclo de “viagens” pelo espaço, inéditas na altura. As sessões de planetário, através da recriação do céu noturno cintilante, onde se projetavam figuras de constelações e se explicavam os fenómenos celestes, tais como os eclipses e a chuva de estrelas, apresentados com uma voz radiofónica, contagiava o visitante, que ficava fascinado pelos mistérios da astronomia. O Planetário passou a constar, na lista das famílias e de escolas, como um daqueles lugares de visita obrigatória em Lisboa.

DESENVOLVIMENTOS – PRIMEIRA RENOVAÇÃO

A cidade de Lisboa, tal como as principais capitais europeias, passava a dispor de um equipamento cultural por excelência, onde eram divulgadas, de um modo didático, as ciências astronómicas.

O sistema de projeção de origem, que atualmente está exposto, como peça central, na recém-criada Ala Calouste Gulbenkian na galeria poente do Planetário, era de funcionamento manual e durou quase 40 anos. Em atividade ininterrupta de 1965 a 2004, mostrou o céu estrelado a mais de três milhões de visitantes.

Entretanto, em março de 2002, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e a Marinha Portuguesa estabeleceram um protocolo que tinha por objetivo a dinamização, a ampliação e a renovação do Planetário. Havia que adquirir um novo sistema de projeção; tal veio a ser feito em 2004, sendo escolhido um projetor ótico da marca Zeiss – o Universarium modelo IX, ainda hoje um dos melhores projetores do mundo. A parceria conferiu ao Planetário o estatuto de Centro Ciência Viva, passando a designar-se por Planetário Calouste Gulbenkian – Centro Ciência Viva.



UM NOVO CONCEITO PARA O PLANETÁRIO

O mundo atual, fervilhante de novas tecnologias cada vez mais sofisticadas e impactantes, disponibilizando novos produtos de multimédia, com conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento, habituou o público a ser cada vez mais exigente e ávido de novas experiências e sensações.

O conceito das sessões do Planetário tinha que ser repensado; chegara o momento de satisfazer as exigentes expectativas duma nova geração de espetadores.

Em 2016, a Direção do Planetário iniciou uma série de diligências. Foram visitados outros planetários da Europa, tendo como objetivo obter conhecimentos a nível funcional e dos produtos em exibição ao público. Participou-se, também, em eventos da especialidade a nível mundial, como as Conferências da Sociedade Internacional de Planetários (IPSC – International Planetarium Society Conference) – em Varsóvia em 2016, e em Toulouse em 2018. Visitou-se, também, em 2017, a Feira Internacional do Cinema Imersivo (IMERSA), nos Estados Unidos.

Feito o trabalho de casa, havia que dar os passos no sentido da implementação de um novo conceito para o Planetário. Optou-se por um sistema de projeção híbrido; esta nova arquitetura é constituída por uma projeção ótica, assegurada pela continuidade do Universarium modelo IX, e pelo recém-adquirido sistema de projeção digital *fulldome*, da Zeiss.

A réplica do céu estrelado, verdadeiramente brilhante, que fascina e inspira o visitante, continuará a ser produzido pela projeção ótica do Universarium, sendo suplementados e sobrepostos, de forma síncrona, pelo conteúdo digital do sistema *fulldome*.

O ponto essencial para os visitantes é a qualidade de imagem na cúpula; para tal desiderato, foi escolhido um sistema digital *fulldome* com 8 projetores LED VELVET, o que corresponde a uma configuração de 8 canais de imagens projetados sectorialmente na cúpula. Estas 8 projeções são controladas pelo *software* da Zeiss, que assegura, durante a projeção, uma transição impercetível entre os canais de imagem (*blending*), exibindo assim uma imagem completa, sem quaisquer vestígios de separação.

O equipamento permite a associação da realidade ao virtual. Na sua imersão multimédia, o visitante é cercado pela projeção de vídeo em toda a cúpula, com uma imagem única e coerente, descobrindo o universo como se estivesse embarcado numa nave espacial a viajar através do espaço. Poderá aterrar na Lua, seguir pelo trilho de Neil Armstrong, penetrar nos anéis de Saturno onde evitará colidir com rochas e gelos, e sair da nossa galáxia viajando pela imensidão do cosmos.

Apesar da astronomia continuar a ser o tema principal, graças ao sistema de projeção *fulldome*, o Planetário está capacitado para proporcionar ao visitante, espetáculos e apresentações, exibindo conteúdos de outras áreas como as ciências da vida, o desporto, a história, ou mesmo, espetáculos abstratos de música.

De realçar que atualmente existe toda uma panóplia de filmes de realidade virtual, que podem ser adaptados à exibição no Planetário, com toda a espetacularidade inerente.

UM NOVO MODO DE VIAJAR PELO UNIVERSO

“Uma viagem pelo cosmos ao alcance do lisboeta” foi a manchete do Diário de Notícias há 56 anos. O Planetário proporciona agora uma outra viagem pelos cosmos. Não só destinada aos lisboetas, mas a todas as pessoas que visitem o planetário. Não só uma viagem pelo cosmos, mas muito mais do que isso, uma experiência fantástica, emocionante e inesquecível reforçada pela capacidade do cinema imersivo.



REABERTURA DO PLANETÁRIO DE MARINHA

A estreia, no Planetário, de um novo modo de viajar pelo universo, teve lugar no início da noite de 12 de novembro, contando com a presença do Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, recebido à entrada pelo CEMA, ALM Mendes Calado. Também estiveram presentes no evento o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Carlos Moedas, o Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, Dr. Jorge Seguro Sanches, a Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dra. Isabel Mota, o CEME, GEN Nunes da Fonseca e muitos outros convidados, do poder central e local, da Marinha e dos Ramos das Forças Armadas, e de organizações externas – cerca de 150 pessoas.

Após a chegada ao auditório do Presidente da República, o Almirante CEMA proferiu umas palavras de boas-vindas. Estava tudo a postos para o início da nova experiência em astronomia, pela mão de um Astrofísico – o Prof. Dr. Rui Agostinho, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – que fez a locução de um filme exibindo as novas potencialidades do Planetário.

A apresentação terminou com uma salva de palmas. Seguiu-se o espumante de honra, servido na galeria poente, onde se inaugurou a Ala dedicada a Calouste Gulbenkian.



O Planetário de Marinha reabriu ao público a 18 de novembro. Na nova grelha da programação constam: uma sessão para crianças numa viagem através do sistema solar; uma sessão sobre a matéria escura, direcionado a jovens e adultos; e ainda as sessões ao vivo apresentadas pelos conferencistas do Planetário, proporcionando a tal nova realidade da experiência em astronomia.

Na história do Planetário, o ano de 2021 marcará o início de um novo modo de viajar pelo Universo e de abordar outros temas, afinal comunicar ciência criando emoções.

Como outrora, o Planetário de Marinha voltará a ser uma das dez principais atrações da cidade de Lisboa.

Colaboração do **PLANETÁRIO DE MARINHA**

A 4.ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

“Nenhum homem tem o privilégio de entender o futuro, a não ser que esteja preparado para o criar”
Fernando Pessoa

Ao longo da História, a Humanidade tem evoluído continuamente, com a ocorrência pontual de mudanças radicais, que alteram profundamente os sistemas vigentes, como por exemplo a *revolução agrícola* (que implantou a sociedade agrária) ou a *revolução industrial* (que deu lugar à sociedade industrial). Neste entendimento, parece consensual que a Humanidade vive, desde meados do século passado (nomeadamente desde a invenção do computador), uma nova época de transformações radicais, a que se tem convencionado chamar a *revolução da informação*. Em 1955, o físico britânico Sir George Thomson (laureado com o Prémio Nobel em 1937) antecipava mesmo, no seu livro *The Foreseeable Future*, que o melhor paralelo histórico com a *revolução da informação* não era a *revolução industrial*, mas sim a *revolução agrícola*, no Neolítico – uma tese corroborada por muitos analistas contemporâneos, como por exemplo James Arbib e Tony Seba, num estudo de 2020, intitulado *Rethinking Humanity*.

Entretanto, alguns pensadores, liderados pelo Presidente do Fórum Económico Mundial, Klaus Schwab, consideram, mesmo, que já se entrou numa nova fase *pós-idade da informação*. Efetivamente, Schwab identifica quatro períodos de grandes transformações sociais, económicas e tecnológicas, que designa como *revoluções industriais* (Ver tabela).

MODELO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

O modelo de Schwab começa na revolução industrial propriamente dita, ocorrida entre 1760 e 1840, que foi marcada pela invenção da máquina a vapor.

No final do século XIX / princípio do século XX, iniciou-se, segundo Schwab, a 2.ª revolução industrial, determinada pelo advento da eletricidade e da linha de montagem, que tornaram possível a produção em massa.

Entretanto, nos anos 60 começou um novo período de transformações profundas, que Schwab designa como a 3.ª revolução industrial. Estas transformações foram induzidas pelo desenvolvimento de semicondutores (década de 60), de computadores pessoais (décadas de 70/80) e da *internet* (década de 90).

Naturalmente, cerca de 13% da população mundial ainda não chegou sequer à 2.ª revolução industrial, por não ter acesso a eletricidade, e há mais cerca de 28% da população global que não beneficia da 3.ª revolução industrial, pois, embora disponha de eletricidade, não tem acesso à *internet*. Neste quadro, a percentagem de população que já estará a viver a 3.ª revolução indus-

trial rondará os 59%, correspondentes a cerca de 4,6 mil milhões de pessoas, em todo o Mundo, que usam a *internet*.

Contudo, nas sociedades mais desenvolvidas, já se vive o advento da 4.ª revolução industrial, caracterizada pela integração do mundo cibernético com o mundo real. Efetivamente, segundo Schwab, na viragem para o novo século, iniciou-se uma nova revolução industrial – a quarta – que assenta nos desenvolvimentos das décadas anteriores e que se caracteriza por uma *internet* omnipresente, por sensores mais pequenos, mais poderosos e mais baratos.

A 4.ª revolução industrial distingue-se pela confluência de espantosos avanços tecnológicos, cobrindo uma vasta gama de áreas, como Inteligência Artificial (IA), robótica, *internet das coisas*, veículos autónomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência de materiais, armazenamento de energia ou computação quântica. Segundo Schwab, a 4.ª revolução industrial está a criar um mundo em que os sistemas virtuais e físicos cooperam de forma flexível. É a fusão dessas tecnologias e a sua interação transversal nos domínios físico, digital e biológico que tornam a 4.ª revolução industrial fundamentalmente diferente das anteriores revoluções.

A *idade da informação* está, portanto, a dar lugar a uma nova era, conhecida como a *idade da super-inteligência* ou *idade da IA*, uma vez que a IA é a tecnologia central de toda a revolução em curso. Justifica-se, pois, abordá-la de forma breve.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O conceito de IA apareceu pela primeira vez em 1955. Na altura, parecia que a construção de máquinas com inteligência semelhante à humana levaria poucos anos – eventualmente uma ou duas décadas. No entanto, essas expectativas não se cumpriram, essencialmente porque a capacidade dos computadores da época ainda era muito limitada. Isso levou a algum desencanto com as capacidades da IA. Todavia, a partir da década de 80, deu-se uma nova vaga de desenvolvimentos na IA, muito assente no aumento da capacidade computacional. Recentemente, a IA teve um novo impulso, beneficiando – além da crescente capacidade dos computadores – das extraordinárias quantidades de dados, que potenciam algumas técnicas da IA, como o *saber profundo* (*deep learning*) ou os *megadados* (*big data*).

De facto, a IA mostrou todas as suas potencialidades em 2016, quando o sistema *AlphaGo*, da Alphabet, derrotou o campeão do

REVOLUÇÃO	PERÍODO	ELEMENTOS CENTRAIS	CARACTERÍSTICAS
 1.ª Revolução Industrial	1760 – 1840	Máquina a vapor	Iniciou-se com a construção de caminhos-de-ferro e a invenção da máquina a vapor, que levou à produção mecânica.
 2.ª Revolução Industrial	1870 – 1930	Eletricidade e produção em massa	Iniciou-se com a invenção da eletricidade (que trouxe a rádio, o telefone, a televisão e os eletrodomésticos) e da linha de montagem (que levou à produção em massa).
 3.ª Revolução Industrial	1960 em diante	Computador	Iniciou-se com o desenvolvimento de semicondutores (década de 60), de computadores pessoais (décadas de 70/80) e da <i>internet</i> (década de 90).
 4.ª Revolução Industrial	Atualidade em diante	Inteligência Artificial (IA)	Consubstanciada em avanços como IA, megadados (<i>big-data</i>), robótica, <i>internet das coisas</i> , veículos autônomos, impressão em 3D ou computação quântica.

Modelo das Revoluções Industriais

jogo de tabuleiro chinês Go. Este episódio fez lembrar outro bastante marcante, ocorrido em 1997, quando o computador *Deep Blue*, da IBM, derrotou o campeão de xadrez Garry Kasparov. Só que, enquanto o *Deep Blue* ganhou pelo seu poder computacional, que lhe permitia processar, em tempo reduzido, infindas possibilidades alternativas de jogadas, o *AlphaGo* não foi programado com quaisquer árvores de decisão, tendo aprendido a jogar Go (um jogo mais complexo do que o xadrez) praticando consigo próprio e observando jogos profissionais – explorando a técnica da IA designada como *saber profundo*.

Os desenvolvimentos mais recentes levaram o presidente Putin a afirmar, em setembro de 2017, num discurso a estudantes em Moscou, que quem liderar a IA – um objetivo explícito da China para 2030 – “dominará o Mundo”. Mais recentemente, Sundar Pichai, CEO da Google (agora Alphabet) afirmou que a IA podia provocar transformações mais profundas do que o fogo ou a eletricidade.

No entanto, apesar do seu potencial e do entusiasmo que têm gerado, as tecnologias no âmbito da IA – que são, recorde-se, centrais ao conceito da 4.ª revolução industrial – têm estado, nalguns casos, a chocar com os seus próprios limites e a enfrentar dificuldades de implementação prática, o que tem atrasado, muitas vezes, a obtenção dos níveis de maturidade antecipados.

Os limites têm a ver com as dificuldades de *raciocínio* que a IA evidencia, fazendo com que ainda não possua muitas das capacidades cognitivas do cérebro humano – algo que, à falta de melhor expressão, se pode designar como o *bom-senso*. Além disso, algumas áreas da IA, como o *saber profundo* ou os *megadados*, dependem da existência de dados, em grande quantidade e com elevada fiabilidade. Sem isso, essas áreas da IA são bastante ineficazes e ineficientes.

As dificuldades de implementação prática estão ligadas à necessidade de uma enorme capacidade computacional, que nem sempre está disponível, apesar dos enormes progressos, ditados pela lei de Moore.

No entanto, duas tecnologias emergentes estão a contribuir para resolver a falta de dados e de poder de computação. Por um lado, a nova geração de telecomunicações 5G, vai implicar um aumento no número de dispositivos e de aplicações no âmbito da *internet das coisas*, incrementando a disponibilidade de dados (textos, imagens, vídeos e outros tipos de dados não estruturados) e, dessa forma, potenciando técnicas de IA como o *saber profundo*. Por outro lado, o recurso ao *cloudcomputing* irá, certamente, contribuir para solucionar as dificuldades de capacidade computacional e de armazenamento de dados, embora a sua aplicação na administração pública e, em particular, na área da defesa requeira cuidados significativos com a salvaguarda da informação.

Não obstante, os limites e as dificuldades acima referidos podem reduzir o ritmo da adoção da IA generalizada. Por exemplo, os carros autônomos têm-se vindo a tornar cada vez mais capa-

zes, mas continuam aquém dos níveis de segurança que lhes permitam uma utilização rotineira nas nossas estradas. Dessa forma, sem perder o entusiasmo com a IA, é também necessário conter expectativas e moderar algumas previsões mais radicais, que apontam a IA como a receita milagrosa para inúmeros problemas e desafios da sociedade.

Além disso e acima de tudo, é fundamental acautelar os aspetos morais, pois a IA está a evoluir mais depressa do que o necessário enquadramento ético e legal. Por isso, muitos pensadores têm alertado para os riscos associados à IA, destacando-se Stephen Hawking, que afirmou que a IA poderia ser a melhor coisa a acontecer à nossa sociedade ou a pior, dependendo da regulação que se fizer. Efetivamente, embora a tecnologia seja, em si própria, moralmente neutra, como referiu Aldous Huxley em 1958, a utilização da IA acarreta riscos muito significativos, que importa prever, mitigar e gerir, de forma a evitar utilizações maliciosas.

Para finalizar, gostaria de referir que a IA tem um vastíssimo campo de aplicação na esfera militar, antecipando-se uma aceleração das transformações em áreas como:

- Automatização dos sistemas não tripulados, dotando-os de capacidade de decisão, bastante útil em ambientes imprevisíveis e dinâmicos;
- Apoio à tomada de decisão em sistemas de Comando & Controlo, incluindo a utilização de algoritmos preditivos para antecipar ameaças ou tendências, a partir da análise de *megadados*;
- Aperfeiçoamento do Conhecimento Situacional Marítimo, analisando de forma automática, através de técnicas de *megadados*, informação dos sistemas de vigilância marítima;
- Automatização de atividades recorrentes e com alguma repetitividade, como planeamento logístico, sistemas de treino e de simulação, gestão da informação ou comunicação estratégica; e
- Potenciação da capacidade de ciberdefesa, permitindo a deteção, avaliação e resposta (de forma automatizada e adaptativa) a ciberataques sofisticados.



Sardinha Monteiro
CMG

Definições

Inteligência Artificial (IA): Área científica e conjunto de tecnologias que usam programas e dispositivos físicos para imitar facetas avançadas da inteligência humana.

Megadados (big-data): Campo da IA, que permite a análise e exploração de volumes de dados tão grandes que não podem ser tratados por *software* convencional.

Saber profundo (deep learning): Campo da IA, baseado em algoritmos de redes neurais artificiais inspiradas pelo cérebro humano, que aprendem a partir de enormes quantidades de dados, aumentando vertiginosamente as capacidades das máquinas.

COM O NRP CORTE-REAL INTEGRADO, SNMG1 APOIA FLEET OPERATIONAL SEA TRAINING

A fragata NRP *Corte-Real* apoiou, no passado mês de outubro, o *Fleet Operational Sea Training* (FOST) da Marinha Inglesa, enquanto navio integrado no *Standing NATO Maritime Group One* (SNMG1).

Com o objetivo de apoiar os navios em atividades neste centro de treino da *Royal Navy*, os navios que compõem o SNMG1 executaram um exigente plano de exercícios em cenários de elevada complexidade e para todo o espectro e ambientes das operações navais. Durante duas semanas, o SNMG1 apoiou o treino dos navios ingleses HMS *Portland* (uma fragata *Type-23*) e RFA *Tidesurge* (um navio reabastecedor da classe *Tide*), e ainda da fragata holandesa HNLMS *De Zeven Provinciën*¹.

O QUE É O FOST



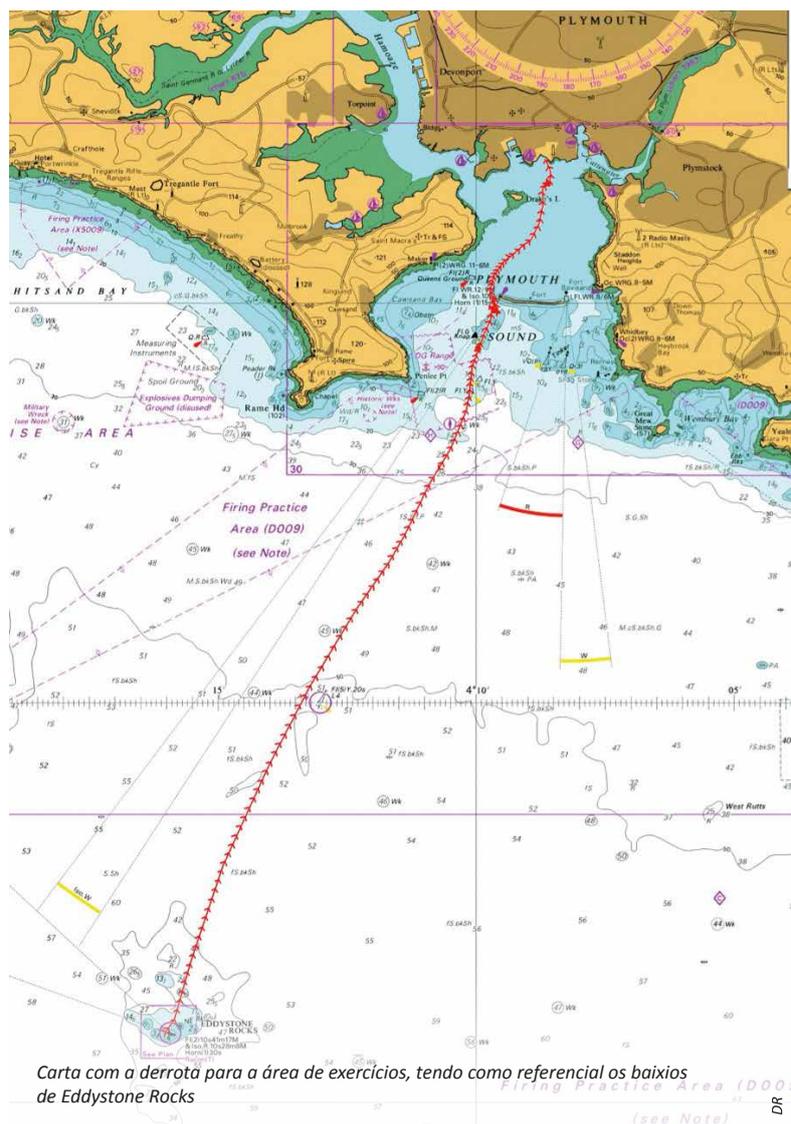
O FOST é um centro de excelência da Marinha Inglesa que, desde 1958, prepara navios do Reino Unido e de outros países, combatentes ou não combatentes, para estarem prontos a operar no mar em segurança e com eficácia, enquanto integrados em forças navais ou a atuar isoladamente, em missões de apoio à paz

ou em cenários de crise.

Com sede na Base Naval HMNB² *Davenport* em *Plymouth*³, no sul do Reino Unido, o FOST proporciona treino a unidades de superfície, a submarinos, a navios auxiliares e a forças de reação imediata, contando para isso com uma equipa especializada constituída por cerca de trezentos avaliadores de diversas áreas operacionais e técnico-navais, que vão desde o treino básico de manobra do navio, à limitação de avarias e ao combate em ambiente multiameaça.

Para atingir os seus objetivos, o FOST dispõe de uma estrutura focada no *coaching* coletivo para as diversas equipas de bordo, tanto no âmbito da batalha externa, como no da batalha interna, com especial ênfase para o realismo das ações e para a simulação de avarias e danos nos sistemas e equipamentos de bordo. O *staff* do FOST prepara e executa um elevado leque de exercícios nos mais diversos cenários, em crescendo de dificuldade e complexidade, terminando com a avaliação dos padrões de prontidão que garantam que o navio está pronto para as suas missões futuras.

O FOST é reconhecido mundialmente pelo seu rigor e por garantir que as unidades navais que ultrapassam a exigência do treino estão prontas para serem empregues operacionalmente. O treino proporcionado é específico para cada tipo e classe de navio e para cada nacionalidade, de modo a satisfazer os requisitos identificados pelas Marinhas que submetem os seus navios a este centro. O FOST é igualmente envolvido após os navios saírem de uma grande reparação ou após serem aumentados ao efetivo, como ocorreu recentemente com os novos porta-aviões HMS *Queen Elizabeth* e HMS *Prince of Wales*.



Carta com a derrota para a área de exercícios, tendo como referencial os baixios de Eddystone Rocks



Em 1994 foi criada a Flotilha, onde foi concentrado todo o treino; em 1999, o Plano de Treino Operacional era o treino mais complexo de que a Marinha Portuguesa dispunha. Em 2011, todo o treino foi transferido para o Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN), que, em 2015, assumiu também a coordenação do treino dos submarinos da classe *Tridente*.

A Marinha Portuguesa já submeteu, por 29 vezes, navios (as três fragatas da classe *Vasco da Gama*, as duas fragatas da classe *Bartolomeu Dias* e navio reabastecedor de esquadra NRP *Bérrio*) ao treino do FOST⁴. Ao longo destas três décadas de participação nacional no treino do FOST, a melhor classificação de sempre foi obtida uma única vez; os louros couberam ao NRP *Corte-Real* e à sua quinta guarnição (2002/2005), que atingiram a classificação final de “Good”.

No início de 2020, a Marinha Inglesa descentralizou a organização do treino, sendo agora o FOST comandado por um Comodoro da *Royal Navy* – o Comandante FOST (COM FOST) – que é o responsável pelo treino coletivo dos navios e que reporta os resultados do treino dos navios diretamente ao *Fleet Commander*. Para refletir esta alteração, o nome do centro foi alterado de “*Flag Officer Sea Training*” para o atual “*Fleet Operational Sea Training*”, mantendo-se, no entanto, a mítica sigla FOST e o objetivo central da sua missão: afirmar-se como uma instituição conhecedora, capaz e independente que, através do treino proporcionado aos navios e às suas guarnições, verifique níveis de desempenho e proficiência e alerte potenciais situações de perigo e prementes necessidades de alterações de procedimentos, quer para o pessoal como para o material.

O antigo modelo de seis semanas de treino foi agora dividido em duas fases. A primeira, o *Operational Sea Safety Training*, garante que os navios, assim como as suas guarnições, estão seguras e são competentes para operar, em segurança, a plataforma e os seus equipamentos nas áreas da batalha interna, da navegação, da marinaria, da logística e das comunicações. Na segunda fase, conhecida como *Warfare Operational Sea Training*, o treino foca-se nas áreas e ambientes mais complexos da guerra, em cenários mais exigentes e com desafios de nível superior.

As áreas de exercício a sul de *Plymouth* são os espaços marítimos onde, normalmente, decorre o treino do FOST e onde os perigosos baixios *Eddystone Rocks* (com o *Eddystone Light*) se afirmam não só como um ponto de referência para a navegação, mas também como algo a evitar pelos navios em treino.

A MAIS-VALIA DO FOST PARA A MARINHA

Até 1991, o treino dos navios da Marinha Portuguesa era uma responsabilidade exclusiva dos Comandantes. A partir desse ano, e com a chegada das fragatas da classe *Vasco da Gama*, deu-se início à participação no FOST e criou-se a primeira metodologia de treino na Marinha, da responsabilidade dos Comandos Administrativos.

Contudo, releve-se que as guarnições dos nossos navios sempre deixaram impressão muito positiva de saber e combater, razão pela qual o *staff* do FOST refere, com frequência, que qualquer das fragatas portuguesas poderia ser um dos navios da escolta dos navios mais valiosos do Reino Unido (atualmente os porta-aviões⁵).

Com o acumular dos saberes resultantes da participação das fragatas da classe *Vasco da Gama* no treino do FOST, foram desenvolvidas melhores metodologias, mais seguras e mais fiáveis, para realização das tarefas a bordo dos navios, tendo a liderança e a disciplina em todos os níveis decisórios e da cadeia de comando saído reforçadas.

Sendo o treino uma condição fundamental para um desempenho eficaz, eficiente e em segurança de um navio, o FOST trouxe à Marinha, entre outras aprendizagens, o seguinte:

- Uma cultura de rigor através da sistematização de ações e procedimentos, a qual foi transposta para outros quadrantes da Marinha;
- A criação de Padrões de Prontidão para todas as classes de navios, para que as missões e tarefas atribuídas sejam executadas com a fiabilidade e segurança necessárias;
- A conceção de referenciais formais do desempenho exigido a bordo;
- A obrigatoriedade de certificar desempenhos e estados de material – casos, entre outros, do processo de certificação dos



Fotos: 1 SAR, ETT, Luís Gomes

Oficiais de Quarto à Ponte e do processo de certificação dos sistemas de armas.

Com a participação no FOST, aprendeu-se que um navio vale pelo seu conjunto e que o sucesso está no grupo e no trabalho em equipa. Aprendeu-se a trabalhar com método e a investir nos preparativos para as ações a desenvolver, que são a base para se alcançar com sucesso os objetivos. Acima de tudo, o FOST ensinou-nos: a atingir mais e melhores resultados; a investir na capacidade de se conseguir superar as dificuldades que possam surgir; e a pensar que fazer diferente pode, por vezes, também ser solução.

Foi também através do treino operacional proporcionado pelo FOST que surgem na Marinha Portuguesa novos conceitos e expressões que, atualmente, integram o léxico naval – *Secure for Sea*⁶, *Action Messing*⁷ ou *Bogey Times*⁸ – assim como acrónimos utilizados diariamente em todas as classes de navios da Marinha – SOP's⁹, BPSO¹⁰, SOC's¹¹ ou DSOT's¹².

APOIO DO SNMG1

Integrando o SNMG1, atualmente comandado por um Comodoro Canadano, participaram no apoio ao FOST as fragatas ESPS *Almirante Juan de Borbon* (navio chefe durante este período), NRP *Corte-Real*, HMCS *Fredericton*, BNS *Leopold I* e HNMLS *Van Amstel*, e o reabastecer de esquadra HNoMS *Maud*; este último navio foi considerado uma unidade vital para o treino da área do RAS¹³.

Sendo o treino operacional, juntamente com um adequado estado da logística do material e com uma guarnição preparada e motivada, um dos três pilares para o aprontamento dos navios, o apoio proporcionado pelo SNMG1 permitiu reforçar a integração e a coesão entre os navios em treino, no largo espectro das operações navais.

A participação do SNMG1, em apoio às atividades de treino do FOST, potencia a interoperabilidade entre Marinhas amigas e aliadas; para o NRP *Corte-Real*, a participação permitiu a maximização das suas capacidades enquanto navio escolta oceânico, e constituiu uma forma especial de afirmação nacional no quadro das missões de apoio à política externa do Estado, num cenário estratégico cada vez mais complexo e difuso.



Colaboração do **COMANDO DO NRP CORTE-REAL**

Notas

¹ Enquanto Portugal já leva 30 anos de participações nos programas de treino do FOST, os holandeses comemoraram agora, a bordo desta fragata, 60 anos de participações (iniciadas no outono de 1961).

² Acrónimo anglo-saxónico para *Her Majesty Naval Base*.

³ Até 1996 o treino foi realizado em Portland, tendo depois sido transferido para Plymouth, onde permaneceu até aos dias de hoje.

⁴ Apesar de não submetidos ao treino, também os submarinos da classe Tridente apoiam periodicamente o treino do FOST operando como submarino opositor aos navios de superfície em treino.

⁵ O HNLMS *Evertsen*, quarta fragata da classe *De Zeven Provinciën*, integra atualmente o *UK's Carrier Strike Group* - HMS *Queen Elizabeth* e escoltas – que estiveram a operar nos oceanos Índico e Pacífico.

⁶ Condição necessária para que um navio possa largar de um porto em segurança para poder navegar no mar.

⁷ Preparar e distribuir controladamente uma refeição quente a toda a guarnição, em postos de combate.

⁸ Tempos de referência para executar determinadas tarefas ou ação num navio.

⁹ SOP: Acrónimo de *Standard Operational Procedures*.

¹⁰ BPSO: Acrónimo de *Bind Pilotage Safety Officer*.

¹¹ SOC: Acrónimo de *Standard Operator Checks*.

¹² DSOT: Acrónimo de *Daily System Operability Tests*.

¹³ RAS: Acrónimo de *Refuelling at Sea*.



NRP Corte-Real saindo de Portsmouth no final do apoio ao FOST.



O novel Centro de Excelência NATO *Maritime Geospatial, Meteorological and Oceanographic*, sediado em Portugal, estabeleceu uma forte ligação com os participantes, nacionais e estrangeiros, ao fornecer diariamente um conjunto de produtos meteorológicos e oceanográficos úteis à realização das atividades operacionais.

PROGRAMA SERIADO

Enquanto exercício, o REP (MUS) dispõe dum programa de seriado, para o qual foram criados cenários nas áreas de operações militares e civis – defesa de força (incluindo a proteção portuária), luta antissubmarina e contra minas, operações anfíbias, vigilância marítima, imigração ilegal e Salvamento Marítimo. Nesses cenários foram testados, com sucesso, novos conceitos e a integração e interoperabilidade entre sistemas, equipamentos e sensores.

As múltiplas séries foram estruturadas por um *staff* multinacional coordenado pelo Comando Naval, e envolveram amiúde meios tripulados e não tripulados nos ambientes de subsuperfície, superfície e aéreo; as séries foram desenhadas para testar e avaliar os novos avanços de integração em rede, bem como, técnicas, táticas e procedimentos na aplicação destes meios.

O evento testou ainda um novo conceito⁶ – a Interoperabilidade à Permutabilidade – i.e., a capacidade dos Aliados na partilha do controlo dos sistemas não tripulados de cada um, bem como, a difusão em diferentes plataformas das informações recolhidas em cenários operacionais pelos meios não tripulados.

Exemplificando: na sequência de anteriores edições do exercício, foi testado pela primeira vez um protocolo de comunicações

digitais submarinas através de um simulacro – o submarino simulou ter uma emergência a bordo. O teste experimental e a avaliação de soluções inovadoras para a busca, a localização e o salvamento de um submarino através da utilização de sistemas não-tripulados e de comunicações digitais, para melhorar o conhecimento situacional do navio supostamente acidentado, foram coroados de sucesso.

Merece também destaque o teste dos mais recentes produtos da CEOV (totalmente construídos e desenvolvidos por esta célula do Comando Naval), nomeadamente dos veículos autónomos de superfície para levantamento hidrográfico e reboque de alvos.

OLHANDO O FUTURO

O REP (MUS) 21 despertou o interesse de inúmeras entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, que marcaram presença no REP (MUS) 21 em diversas ocasiões. Salienta-se a visita do Ministro da Defesa Nacional (MDN), do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Transição Digital, de altos representantes, nacionais e estrangeiros, da NATO, da Agência Nacional da Inovação, da idD Portugal Defence (idD) e dos setores da indústria, da academia e de centros de investigação.

O MDN, Prof. Dr. Gomes Cravinho, salientou que “este é um exercício extremamente importante para o desenvolvimento da indústria portuguesa, da inovação em Portugal, mas, mais amplamente do que isso, para a inovação entre os aliados e parceiros na NATO” sendo um “verdadeiro acelerador de conhecimento” que credibiliza e prestigia Portugal.

O VALM Keith Blount, Comandante do *Allied Maritime Command*⁷, reconheceu a sua importância e referiu que a edição do próximo ano⁸ será sucedida pelo exercício *Dynamic Messenger* da NATO, o qual visa a integração dos sistemas não tripulados em apoio às operações.

Houve ainda ensejo para a assinatura de um protocolo de cooperação, promovido pelo Estado-maior da Armada, relativo aos termos e às condições de cooperação entre a MP e a idD em matérias relacionadas com a promoção da Economia de Defesa, incluindo a criação das marcas Marinha a atribuir a sistemas e equipamentos militares com interesse, e a cooperação para a atribuição do estatuto de Zona Livre Tecnológica à área onde está inserido o CEOM.

Foram inúmeras as referências nacionais e internacionais, quer na *media* especializada, quer nos órgãos de comunicação e redes sociais de carácter geral. O REP (MUS) posiciona-se cada vez mais como um acelerador do desenvolvimento tecnológico, devidamente enquadrado quer pelos recentes desenvolvimentos por parte das organizações onde Portugal se insere, quer pelas iniciativas internas da organização.





Com mais de uma década de existência, a experiência adquirida na realização de exercícios para o desenvolvimento tecnológico, permite colocar as Forças Armadas portuguesas na vanguarda da inovação e ambicionar que o futuro passa por Portugal, pelo CEOM, levando o nome da Marinha Portuguesa aos quatro cantos do mundo como líder na inovação e promotora do maior exercício NATO de experimentação operacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O REP[MUS]21 representou um grande avanço tecnológico para a Marinha (que contou com a colaboração de todos os setores e do Estado-maior da Armada no apoio ao Comando Naval na coordenação do evento) e para Portugal como membro da NATO, muitas horas de trabalho de muitas centenas de pessoas de todas as entidades participantes, e dele resultaram avanços muito significativos no desenvolvimento da capacidade de sistemas não-tripulados em todos os domínios. Em suma, tratou-se de um exercício que acelerou a dinâmica inovadora da NATO e colocou Portugal num lugar central para o desenvolvimento da inovação e experimentação.

Para além da elevada aderência de Marinhas de outros países e das entidades NATO, a adesão da indústria e da academia foram significativas e produtivas, suscitando desde o primeiro momento um ambiente internacional de desenvolvimento tecnológico e de inovação aberta, colaborativa e de experimentação com visibilidade mundial.

A realização deste exercício em Portugal, e a capacitação que a MP está a efetuar no CEOM, demonstra a utilidade do investimento em curso, não só por fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional, como também, por promover a criação de redes que envolvem as Forças Armadas, as empresas, as

universidades e os centros de investigação, e que multiplicam o impacto do investimento público na Marinha.

Da parte dos coorganizadores, e parafraseando o coordenador no local da MUSI, CFR Ian Danbury, “... um tremendo voto de agradecimento deve ir para a MP pelo seu excelente apoio e profissionalismo durante toda a fase de planeamento e execução do REP (MUS) 21 e para as excelentes instalações em Troia e Sesimbra, que permitiram a realização deste evento complexo”.



Colaboração do **COMANDO NAVAL**

Notas

¹ A Marinha tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas para promover a inovação na organização, como sendo a criação, em 2017, da Célula de Experimentação Operacional de Veículos não tripulados (CEOV), a criação da Divisão de Inovação no Estado-maior da Armada e do CEOM em 2020. Numa próxima edição da Revista da Armada será apresentado um artigo alusivo ao CEOM.

² Learn fast

³ Fail fast

⁴ Nas instalações do CEOM ocorreram em paralelo, nessa semana, provas e testes de projetos financiados pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia, envolvendo meios e representantes de vários países.

Realce para: (i) a prova de conceito do projeto COMPASS 2020; e (ii) um teste do projeto ARESIBO.

⁵ Por recomendação da Agência Portuguesa do Ambiente, também a *Wavec – Offshore Renewables* se encontra a elaborar um estudo, referente à análise do impacto ambiental do exercício ao nível do ruído marinho no estuário do Sado.

⁶ Interoperability to Interchangeability (I2I).

⁷ MARCOM - é o comando das forças marítimas da NATO e o seu Comandante é o principal conselheiro marítimo da Aliança.

⁸ O REP[MUS] vai passar de bianual a anual!





EXERCÍCIO SEABORDER 21

O exercício anual SEABORDER, com organização rotativa entre os membros integrantes da Iniciativa para a Segurança e Defesa 5+5¹, tem como objetivo desenvolver a cooperação entre os países membros; conduzido em ambiente conjunto e combinado, exercita o planeamento e condução de Operações de Segurança Marítima e a interoperabilidade entre Centros de Operações Marítimas. Contribui, dessa forma, para o incremento da segurança marítima e o cumprimento do normativo legal aplicável na região do Mediterrâneo.

TREINO

A fase de mar do exercício SEABORDER 21 (SB21) realizou-se entre os dias 26 e 29 de outubro, ao largo de Portimão, integrando navios das Marinhas da Argélia (corveta² *ALG Ezzadjer*), Espanha (patrulha ESPS *Atalaya*), França (navio de apoio logístico FS *Loire*), Marrocos (patrulha RMN *Rais Charkaoui*), Portugal e Tunísia (patrulha oceânico TUN *Syphax*). Participaram, ainda, uma aeronave de patrulha marítima P3-C CUP+ da Força Aérea Portuguesa e um *Unmanned Aerial System* (UAS) OGASSA da Marinha Portuguesa. Ao leme desta força naval esteve o CMG Gamurça Serrano, comandante da Força Naval Portuguesa (FNP), embarcado com o seu Estado-Maior no NRP *Setúbal*³.

No SB21 foi praticado um cenário fictício de terrorismo marítimo e de migração ilícita, consequência de uma situação de instabilidade política e social num país da região. As lanchas NRP *Pégaso* e o NRP *Sagitário* atuaram como “força opositora” e contribuíram para aumentar o realismo do cenário. Todos os navios da força, à exceção do FS *Loire*, tinham equipas de abordagem/segurança embarcadas.

O esforço foi centrado no desenvolvimento do conhecimento situacional marítimo na área de operações do exercício, articulando a gestão de informação entre as unidades navais com a *Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance* (ISR) obtida das aeronaves⁴ em apoio P3-C CUP+ e UAS OGASSA, e a provinda dos Centros de Operações Marítimas de cada país.

Os observadores da Argélia, França, Itália, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Espanha e Tunísia, embarcados no NRP *Setúbal*, acompanharam o planeamento e a execução do exercício, e serviram de ponto de ligação aos navios da respetiva Marinha, potenciando assim, em ambiente de proximidade, a coordenação e a partilha de experiências e conhecimentos relativos à segurança marítima.

DISTINGUISHED VISITORS DAY (DVDAY)

O DVDAY do SB21 decorreu nas instalações do Ponto de Apoio Naval de Portimão (PANPORTIMÃO), a 28 de outubro, e contou com a presença do Comandante Naval, em suplência, CALM Valentim Antunes Rodrigues, acompanhado por representantes do EMGFA e das nações integrantes da Iniciativa para a Segurança e Defesa 5+5, e de outras altas entidades civis e militares nacionais.

Após a visita a um dispositivo estático operacional – destaque para uma equipa do pelotão de abordagem, do Corpo de Fuzileiros, com o seu principal equipamento, e para o UAS OGASSA e respetiva

Ground Control Station (GCS) –, seguiu-se a apresentação dos principais tópicos do SB21.

Na demonstração naval que se seguiu, as entidades puderam assistir a duas ações de abordagem a navios suspeitos (simulados pela lancha NRP *Cassiopeia* e pelo NRP *Setúbal*), realizadas por equipas combinadas. Seguiu-se o desfile naval⁵ dos meios envolvidos (com as equipas de abordagem na borda) e a passagem, a baixa altitude, do P3-C CUP+ e do UAS OGASSA que transmitia vídeo, em tempo real, para o NRP *Setúbal*.

CONCLUSÕES

O SB21 constituiu uma excelente oportunidade de treino para todos os meios envolvidos e para a FNP, promovendo os padrões de prontidão individual dos navios, o treino coletivo, o conhecimento mútuo dos equipamentos e capacidades no âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa, nomeadamente na área da cooperação entre as Marinhas envolvidas.

As diversas ações de abordagem, realizadas de forma combinada e cooperativa, permitiram aos participantes a partilha de conhecimentos e o desenvolvimento das melhores práticas e procedimentos comuns, técnicas e táticas, na área das operações de segurança marítima.

A grande participação e o espírito de cooperação evidenciados, são uma clara demonstração da vitalidade do SEABORDER e do interesse desta iniciativa que já vai na 15ª edição, afirmando-se como um veículo de reforço do compromisso de cooperação para a segurança no Mediterrâneo.



Colaboração do CTG 443.20

Notas

¹ Integram a Iniciativa 5+5 a Argélia, a Espanha, a França, a Itália, a Líbia, Malta, Marrocos, a Mauritânia, Portugal e a Tunísia.

² Classe C28A, de construção chinesa.

³ Portanto com funções de navio chefe.

⁴ A interação destes meios aéreos com a força naval permitiu um aumento da capacidade de deteção, assim como permitiu identificar oportunidades de melhoria no processo da sua integração em ambiente conjunto com nações não pertencentes à NATO.

⁵ O *Sail Pass*, uma velha tradição das forças navais da NATO, para agradecer o esforço dos navios que destacam da força.



POLÍCIA MARÍTIMA

102 ANOS “NO MAR, MAIS ALÉM, POR BEM”

As comemorações do 102.º aniversário da Polícia Marítima (PM) realizaram-se na vila de Cascais, de 12 a 14 de novembro, e incluíram uma exposição, atividades de batismo de mar a partir da marina e uma cerimónia e desfile alusivos à efeméride.

EVENTOS

A exposição realizou-se no Passeio de D. Luís I. Esteve patente ao público um conjunto ilustrativo de material e equipamento do Grupo de Ações Táticas (GAT), do Grupo de Mergulho Forense (GMF), da Unidade Central de Investigação Criminal (UCIC), da Escola de Autoridade Marítima (EAM) e do Gabinete de Psicologia da PM, bem como alguns meios terrestres e náuticos.

Os batismos de mar, realizados a bordo de uma embarcação de alta velocidade – a *Poseidon* – proporcionaram uma experiência inolvidável de contacto com o mar e com profissionais da PM a mais de 250 adultos e crianças.

A cerimónia, ponto alto das comemorações, realizou-se no dia 13, no Passeio D. Luís I, e foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Jorge Seguro Sanches; marcaram também presença o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Carreiras, o CEMA/AMN, ALM Mendes Calado, e outros ilustres convidados.

A força em parada, a 3 pelotões e um bloco de guiões, foi comandada pelo Subinspetor PM Serrano Faustino; nela tomaram parte subchefes e agentes da PM provenientes de diversos comandos locais, elementos do GAT e do GMF e alunos do Curso de Formação de Agentes da PM. A cerimónia contou com a presença da Banda da Armada e da Fanfarra da Armada.

Durante a cerimónia foram impostas condecorações a vários elementos da PM, ao que se seguiu a evocação dos militares, militarizados e civis falecidos e que serviram na PM, proferida pelo Capelão da Marinha.

A cerimónia terminou com o desfile das forças em parada e de meios operacionais (incluindo várias viaturas táticas) da PM. Os convidados visitaram então a exposição e, no terraço do Palácio Seixas, assistiram à demonstração de capacidades e ao desfile de meios náuticos da PM. O evento terminou com um Porto de Honra.

DISCURSOS

Na sua alocução, o VALM Coelho Cândido, Comandante-Geral da PM, recordou a história secular da PM – criada, em Lisboa e no Porto, em 1919, pelo então Ministro da Marinha, Comandante Rocha da Cunha, o qual durante os seus vários exercícios como capitão de porto, percebeu a necessidade de uma polícia de especialidade dedicada às áreas de segurança marítima e fiscalização das atividades portuárias e marítimas, bem como para controlo de marítimos tripulações, embarcações e cargas.

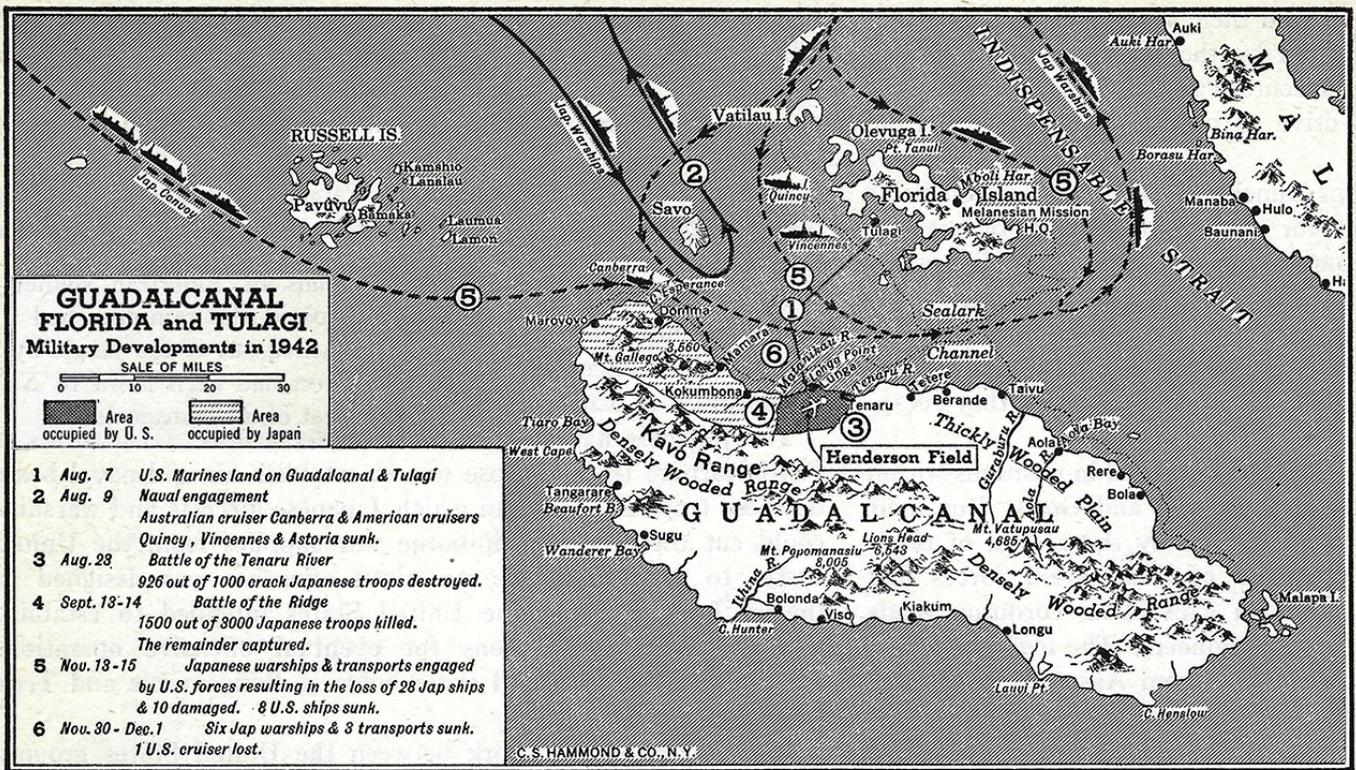
Sublinhou, também, o vínculo de proximidade que esta polícia tem mantido com a sociedade portuguesa, o “*esforço adicional que lhe foi exigido*” durante o período excepcional da pandemia COVID-19, e o empenhamento operacional que os seus elementos tiveram ao longo do último ano, quer nas múltiplas ações de vigilância e policiamento realizadas nas áreas do domínio público marítimo, quer nas diligências no âmbito de investigação criminal, numa clara demonstração de total empenhamento, dedicação e o brio, como aliás é apanágio da PM. Referiu, ainda, as ações conjuntas com forças internacionais na investigação e no combate aos crimes de danos contra a natureza, e as missões de vigilância das fronteiras externas da União Europeia – na Grécia na Itália – onde elevado profissionalismo dos elementos da PM merece o reconhecimento público internacional.

Tomando a palavra, o SEADN enalteceu a recente ação conjunta da PM e da Marinha no salvamento de 37 naufragos a sul de Faro, realçou o papel da PM nas missões sob a égide da Agência FRONTEX e destacou a contribuição da PM para o salvamento de pessoas que, na orla costeira nacional, estão em dificuldades e precisam da nossa ajuda. “São 102 anos de ADN do Serviço Público ao serviço da segurança e da vida dos portugueses” frisou o governante. Elogiou, ainda, “o brio, a dedicação e o espírito de missão com que os elementos desta polícia atuam diariamente, muitas vezes em condições adversas, quer do ponto de vista climático, quer do ponto de vista da saúde pública ... trazendo assim prestígio e reconhecimento para a instituição”.



Colaboração do COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA





GUERRA NO PACÍFICO

GADARUKANARU

A IMPORTÂNCIA DE UM AERÓDROMO

Em 1567, Dom Álvaro de Mendaña partiu de Callao, no Peru, numa expedição ao Pacífico Sul em busca da Terra Australis e das lendárias minas de ouro do Rei Salomão. Quando, ao fim de cerca de três meses, se deparou com um grupo verdejante de ilhas, deu-lhes o nome de ilhas de Salomão, acreditando que tinha encontrado o almejado *eldorado*. Na verdade, o ouro era tão pouco e as ilhas tão inacessíveis que o projeto foi abandonado e poucos foram os visitantes nos séculos seguintes. É neste conjunto de ilhas, designado por arquipélago de Salomão, que se situa o teatro de operações complexo que se costuma referenciar como “Guadalcanal”.

Em meados de 1942, o principal problema que se punha para derrotar o Japão era não só uma questão de escolher a estratégia adequada, mas principalmente o de desatar os nós górdios logísticos, por forma a que os componentes críticos, fossem eles embarcações anfíbias, navios de carga, aviões de combate, aeronaves de transporte ou batalhões de engenharia, chegassem aos locais certos nas frentes de batalha, em tempo e em quantidade suficiente. Aliás, a maior parte dos debates no seio do Joint Chiefs of Staff (JCS) e do Combined Chiefs of Staff (CCS) foram, essencialmente, sobre a alocação de recursos. Assim, também as propostas de King e de MacArthur, na Primavera de 1942, para a abertura de uma nova frente de combate no Pacífico, que visava a tomada de Rabaul, para além dos aspetos puramente estratégicos, serviram para reivindicar uma maior fatia dos recursos disponíveis.

Quando surgiu a notícia de que os japoneses estavam a construir um aeródromo numa ilha no sul do arquipélago de Salomão, o plano de invasão foi alterado e foi dada prioridade à tomada dessa pequena ilha a que os japoneses davam o nome de Gadarukanaru e que os americanos passaram a chamar de Guadalcanal. De facto, a estratégia japonesa de alargar o seu perímetro defensivo tinha sofrido um grande revés com a derrota na batalha de Midway, pelo que os planos para estender o seu domínio sobre as Fiji, a Nova Caledónia e Samoa foram abandonados. Não obstante, a infiltração de tropas no arquipélago de Salomão tinha sido iniciada e os japoneses estavam determinados a construir um novo aeródromo em Guadalcanal, que lhes permitiria projetar o seu poder aéreo para sul, numa nova tentativa de cortar as linhas de comunicação marítima entre os Estados Unidos (EUA) e a Austrália.

A ATENÇÃO DOS MEDIA

A épica campanha de Guadalcanal durou mais de seis meses, de 7 de agosto de 1942 a 9 de fevereiro de 1943, e nela se desenvolveram sete grandes batalhas no mar, cinco delas ações artilheiras noturnas, duas ações aeronavais diurnas e várias batalhas em terra. Pela primeira vez na história, uma longa e violenta contenda ocorreu, em simultâneo, em três dimensões: em terra, no mar e no ar. O Japão e os EUA lutaram em igualdade de circunstâncias, numa campanha de desgaste em que o favoritismo da vitória foi alternando entre os dois contendores, praticamente até ao final. Exemplo disto foi o controlo do mar adjacente à ilha, que mudava a cada 12 horas: os japoneses dominavam durante a noite, devido à sua supremacia nos combates navais noturnos, e os americanos durante o dia, em virtude da sua supremacia aérea.

Sem outra grande operação que envolvesse os EUA em qualquer frente, Guadalcanal conquistou a atenção dos *media* e do público em geral. Em Washington, o otimismo inicial contrastou com o desespero quando, em meados de outubro, o espectro de uma derrota catastrófica pairou no horizonte. Uma derrota em Guadalcanal teria, sem dúvida, consequências gravosas, com implicações estratégicas e psicológicas muito para além da questão imediata de quem prevaleceria naquela ilha obscura.

No dia 7 de agosto de 1942, a 1ª Divisão de Marines desembarcava em Guadalcanal e nas ilhas próximas de Tulagi e Gavutu-Tanambogo. Um dia depois, a 8 de agosto, após duros combates, estes dois últimos objetivos ficaram seguros e o inacabado aeródromo em Guadalcanal foi tomado, sem grande resistência do inimigo. Ironicamente, no mesmo dia em que os *Marines* desembarcavam em Guadalcanal, o COR Ichiji Sugita, oficial de *Intelligence* do Exército, num *briefing* no Estado Maior Imperial em Tóquio, estimava que os EUA não estariam em condições de lançar uma grande ofensiva, no Pacífico Sul, antes de meados de 1943.

CENTRO DE MEDICINA SUBAQUÁTICA E HIPERBÁRICA

UMA UNIDADE OPERACIONAL AO SERVIÇO DA COMUNIDADE

A terapêutica em câmaras hiperbáricas existe, na Marinha e em Portugal, desde 1953, fruto da necessidade de dar resposta ao tratamento urgente de militares acidentados (mergulhadores e submarinistas), cuja saúde, e vida, dele depende, assim como o seu treino.

TRATAMENTO *GOLD STANDARD*



As bolhas de azoto que se formam nos vários órgãos do corpo humano, como consequência de uma descompressão inadequada, podem resultar em lesões articulares, neurológicas, cardíacas, pulmonares e outras, conduzindo a importantes sequelas ou mesmo à morte.

O tratamento *gold standard* continua a ser, ainda hoje, a recompressão terapêutica em câmara hiperbárica.

Foi com esta missão em mente que, nesse ano de 1953, foi instalada a primeira câmara hiperbárica na, então, Esquadilha de Submarinos. A localização foi óbvia, uma vez que aquela é a unidade-base de todos os militares em risco laboral de Doença de Descompressão – os mergulhadores e os submarinistas.

A aquisição de uma nova câmara hiperbárica, em 1963, reforçou a importância que a instituição conferiu àquele meio terapêutico e à salvaguarda da vida dos seus militares.

Sem nunca perder de vista aquela que era a sua genética – o apoio às unidades operacionais da Marinha – os Médicos Navais hiperbaristas acabaram por acompanhar a evolução da Medicina Hiperbárica a nível mundial e, nessa sequência, desenvolver a aplicabilidade do tratamento hiperbárico a outras doenças além da Doença de Descompressão, dando início, ainda na Esquadilha de Submarinos à longa e profícua colaboração com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que hoje se encontra oficializada na sua missão. Foi o início da Medicina Hiperbárica contemporânea, em Portugal.

Este início foi, à data, muito incipiente, já que a câmara não tinha possibilidade de entrega de oxigénio puro, tendo os doentes (mesmo os civis) de realizar o tratamento recorrendo a garrafas de oxigénio individuais.

ABERTURA À SOCIEDADE CIVIL

Foram, assim, três os fatores que abriram as portas da nossa câmara hiperbárica, e da Marinha, à sociedade civil:

– Uma importante capacidade sobrança na câmara hiperbárica existente (que funcionava, até então, apenas para treino de pessoal ou acidente de descompressão);

– A ausência de câmaras hiperbáricas, na sociedade civil, que dessem resposta às solicitações anteriormente referidas; e

– O desenvolvimento científico, que criou a procura do SNS para este tipo de terapêutica.

De fato começou a surgir, nas publicações médicas internacionais, evidência crescente da aplicabilidade do oxigénio hiperbárico numa multiplicidade de outras patologias, para além da Doença de Descompressão.

Foi neste ambiente que, em 1989, a Marinha decidiu aproximar, física e institucionalmente, a câmara hiperbárica do Hospital da Marinha. Era nesse hospital que os primeiros médicos hiperbaristas prestavam serviço, e para onde se julgou lógico serem referenciados os doentes civis. Em vez de se limitar a transferir a câmara existente na Esquadilha de Submarinos, a Marinha decidiu utilizar uma câmara hiperbárica multilugar, mais moderna e confortável, que permitia utilizar misturas de gases e que tinha capacidade para tratar 12 doentes em simultâneo. Foi então criado o Serviço de Medicina Hiperbárica, que evoluiu posteriormente para Centro de Medicina Hiperbárica (CMH-HM).

Em 1992 foi criada uma escala de prevenção para situações urgentes, que incluía um médico hiperbarista, um enfermeiro e dois mergulhadores, disponível 24 horas por dia, todos os dias do ano. Esta escala funciona ininterruptamente desde então. De referir que, atualmente, a taxa de ativação desta urgência se cifra nos cerca de 60%, o que a transforma praticamente numa escala em presença física.



As duas câmaras hiperbáricas do CMH-HM permitem tratar 24 doentes em simultâneo

MERGULHO PROFUNDO

Fruto da aposta da Marinha na edificação da capacidade em mergulho profundo, essa câmara foi reforçada para permitir os tratamentos em consonância com essa valência, já em 2001, com uma segunda câmara hiperbárica multilugar, com aptidão para tratar doentes críticos (incluindo sob ventilação invasiva), que permitiu também dar resposta ao crescente número e complexidade de solicitações por parte de doentes civis, maioritariamente do SNS, elevando a lotação do sistema para 24 doentes em simultâneo.

Em 2009, por se concluir que o Centro de Medicina Hiperbárica, até então integrado no Hospital de Marinha, era uma unidade eminentemente operacional e intimamente ligada a esta área, nomeadamente à então Esquadilha de Submarinos, e que se encontrava limitada pela partilha de profissionais, impedindo o cabal cumprimento da sua missão, foi autonomizado, tornando-se uma Unidade independente – o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH).

Em 2015, já depois de extinto o Hospital de Marinha, foi concretizada a transferência desta última câmara para o *Campus* de Saúde Militar, no Lumiar, mais especificamente para as instalações atuais do CMSH, sendo que se descartou a primeira câmara, por se encontrar em estado de obsolescência. Foi então adquirida uma nova câmara multilugar de última geração, de características semelhantes, mas com mais condições para tratamento de doentes complexos em cuidados intensivos. Este processo manteve a capacidade do sistema para 24 doentes.

O CMSH mantém-se, desde então, uma Unidade de Marinha, preservando a sua missão original – o apoio constante e permanente à atividade operacional de mergulhadores e submarinistas – mas em instalações modernas e contíguas ao Hospital das Forças Armadas.

ATIVIDADE ATUAL DO CMSH

O CMSH é, hoje, a unidade de referência militar e civil para a Medicina Subaquática e Hiperbárica em Portugal. A reconhecida diferenciação dos seus profissionais de saúde – que culminou na criação da Competência em Medicina Hiperbárica pela Ordem dos Médicos e posterior Mestrado nesta área, em cooperação com a Faculdade de Medicina de Lisboa – e a aposta em tecnologias de ponta, faz do CMSH, igualmente, uma referência europeia neste campo.

A atividade atual do CMSH reparte-se por vários vetores:

- Apoio à atividade operacional da Esquadilha de Subsuperfície:
 - Avaliação da aptidão para ingresso nas Classes de Mergulhador e Submarinista;
 - Avaliação da aptidão para o curso do Destacamento de Ações Especiais (DAE);
 - Inspeções periódicas de mergulhadores e submarinistas;
 - Treino, exercício e certificação de mergulhadores em

ambiente hiperbárico (testes de tolerância ao oxigénio e profundidade);

- Testes de equipamento para exposição a meio hiperbárico;
- Realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica de apoio às atividades inspetivas dos mergulhadores e submarinistas;
- Apoio médico a exercícios, certificações e missões que envolvam a necessidade de meios móveis hiperbáricos em meio naval ou terrestre;
- Apoio médico ao Escape e Salvamento Submarino;
- Participação e colaboração nos grupos de trabalho NATO Submarine Escape & Rescue Working Group (SMERWG) e Underwater Diving Working Group (UDWG); e
- Cedência do médico colocado em permanência na Esquadilha de Subsuperfície, supervisão técnica da sua atividade e apoio.
- Apoio médico ao Salto Operacional de Grande Altitude (paraquedistas do Exército Português e DAE Marinha);
- Disponibilização de terapêutica hiperbárica à família militar, eletiva e de urgência;
- Disponibilização de terapêutica hiperbárica a doentes civis (maioritariamente oriundos do SNS), eletiva e de urgência;
- Formação interna de profissionais de saúde militares;
- Formação externa de profissionais de saúde civis;
- Produção científica no âmbito da Medicina Hiperbárica (sendo uma referência internacional na produção científica nesta área); e
- Cooperação técnico-militar.

O CMSH EM NÚMEROS

Entre 1989, data da criação oficial do CMH-HM, e o presente, foram realizadas mais de 230.000 sessões de tratamento, administradas a mais de 10.000 doentes. Foram também realizadas mais de 30.000 consultas médicas com as mais diversas finalidades.

Esta experiência acumulada credita o CMSH e os seus profissionais com uma competência ímpar para o tratamento de doenças que careçam de apoio desta área da Medicina, a nível mundial.

MEIOS HUMANOS

Para cumprir estes desideratos, o CMSH dispõe de uma guarnição multidisciplinar, constituída por:

- Médicos de várias especialidades com aplicabilidade hiperbárica, com Competência em Medicina Subaquática e Hiperbárica pela Ordem dos Médicos;
- Enfermeiros com formação especializada;
- Mergulhadores supervisores e condutores de câmara hiperbárica (sargentos e praças, respetivamente), responsáveis pela operação, manutenção e segurança do sistema hiperbárico;
- Técnicos de diagnóstico e terapêutica; e
- Outros elementos de apoio, militares e civis.

Os militares que, ao longo dos anos, foram integrando o CMSH, possibilitaram uma produção clínica significativa, sem par a nível nacional e de difícil acompanhamento por parte de centros congêneres a nível mundial. Este facto tem, como consequência, que os hiperbaristas da Marinha Portuguesa se encontram entre os profissionais mais bem preparados, a nível mundial, para fazer face a emergências com mergulhadores ou submarinistas.

É esta equipa, altamente diferenciada e motivada, que permite o tratamento diário a uma média de 60 doentes. É também esta equipa que assegura a escala de prevenção permanente 24/7, ininterrupta há cerca de 30 anos. É, ainda, a mesma equipa que desenvolve investigação clínica, partilhando o conhecimento e experiência com os seus pares, nunca descurando a razão da sua



Câmara hiperbárica contentorizada - Esquadilha de Subsuperfície

existência: o apoio clínico diferenciado à atividade operacional da Marinha.

Durante a pandemia COVID19, mesmo surgindo a necessidade de ceder parte do seu limitado número de profissionais para o combate a esta doença, o CMSH nunca deixou de laborar e de garantir a sua equipa de prevenção. Nunca os doentes urgentes deixaram de ser tratados ou o apoio à atividade operacional da Esquadilha de Subsuperfície foi posto em causa. Aliás, foi durante a pandemia que se realizou o primeiro exercício de escape submarino em Portugal – o ESCAPEX 20 (ver RA nº 556, de novembro de 2020) – que contou com o envolvimento da quase totalidade dos profissionais de saúde do CMSH.

Tendo comemorado recentemente (dia 15 de setembro) o seu 32.º aniversário oficial (embora a sua laboração remonte, como mencionado previamente, a um período muito anterior), as câmaras hiperbáricas do CMSH continuarão a garantir este tipo de terapêutica a quem dele carece – mergulhadores e submarinistas da Marinha, família militar e doentes civis que a ele são referenciados. É esse o propósito da excelência da sua guarnição e é isso que o País deles espera.



Colaboração do **CENTRO DE MEDICINA SUBAQUÁTICA E HIPERBÁRICA**

O SALVAMENTO SUBMARINO. O QUE É E PARA QUE SERVE?

Os submarinos são navios que operam num ambiente hiperbárico – o meio subaquático. A pressão hidrostática exercida sobre o casco do navio pode ser 30 vezes superior à pressão atmosférica existente ao nível da água do mar. No entanto, a bordo do submarino é mantida, artificialmente, uma pressão semelhante à da superfície.

Esta pressão pode sofrer interrupção em caso de acidente e, juntamente com todos os restantes fatores de perigo, como sejam as alterações químicas do ar ambiente e a limitação de oxigénio a bordo, colocam em perigo a vida da sua guarnição, sendo a sua saída do mesmo, uma emergência.

Caso seja impossível o regresso do submarino à superfície, é desencadeada uma operação de Escape e/ou Salvamento Submarino, cuja responsabilidade é, em águas nacionais, da Esquadilha de Subsuperfície, inevitavelmente com o apoio do CMSH, único detentor de capacidade médica nessa área.

Se as condições o permitirem e os meios técnicos necessários estiverem disponíveis, a guarnição deverá ser resgatada até à superfície por um veículo submarino, situação denominada de “salvamento submarino”. No entanto, tal pode não ser exequível, e os submarinistas poderão ter que abandonar

o submarino por meios próprios a uma profundidade significativa, o último recurso desejado, denominado de “escape submarino”. A saída dos submarinistas para um exterior incompatível com a vida e a consequente ascensão dos mesmos até à superfície (mesmo utilizando fatos estanques individuais desenhados com essa finalidade e treinados para o efeito) conduz, inevitavelmente, a importantes alterações no organismo, resultantes da brusca e significativa descompressão. Existe grande probabilidade de causar lesões graves, frequentemente fatais, cujo socorro exige uma equipa médica altamente especializada e constantemente treinada.

Para além dos meios humanos, que têm que estar preparados para um cenário multi-vítima e para o tratamento de doentes críticos, são necessários meios técnicos diferenciados, com a dificuldade acrescida de terem de ser colocados em alto mar no menor espaço de tempo possível. São fundamentais câmaras hiperbáricas no local, com a maior capacidade exequível, e que permitam a rápida recompressão dos submarinistas seguida do tratamento imediato com oxigénio hiperbárico e tratamento concomitante de outras patologias associadas.



A atual guarnição do CMSH



CENTENÁRIO DO PRIMEIRO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

HISTORIAL E AFIRMAÇÃO

Na Europa, antes do final do século XVIII, não existia qualquer tipo de estrutura organizada para apoio à decisão dos chefes militares. Com efeito, o primeiro estado-maior organizado só surgiria durante as guerras que se seguiram à Revolução Francesa, com a designação do General Louis Berthier para Chefe do Estado-Maior do Exército francês em Itália, em 1795. O denominado modelo napoleónico, caracterizado por um estado-maior dividido em áreas especializadas, que assumiam a designação de células, divisões, repartições ou secções, seria, nos anos subsequentes, adotado pela maior parte dos países.

Em 1736, face à importância crucial da Marinha para a economia e desenvolvimento do país, houve necessidade de a dotar de uma estrutura administrativa moderna, tendo, para o efeito, sido criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Por ação de Martinho de Melo e Castro – Secretário de Estado e Ministro da Marinha e Ultramar entre 1770 e 1795 – foram, posteriormente, implementadas as reformas genéticas, estruturais e operacionais visando a melhoria substantiva das capacidades para Portugal atuar no mar.

Por ocasião das guerras travadas contra a França em finais do século XVIII, a Marinha já dispunha de estados-maiores orgânicos integrados nas respetivas forças navais e a 25 de abril de 1795 era criado o Conselho do Almirantado, que inicialmente tinha funções de estado-maior. No ano seguinte foi-lhe atribuída a inspeção geral de todos os serviços administrativos e militares da Armada, a superintendência da Academia dos Guardas-Marinhas, a fixação do número e tipo de navios a construir ou aparelhar, competindo-lhe, ainda, submeter ao monarca os oficiais aptos para promoção. O Conselho do Almirantado era presidido pelo Secretário de Estado da Marinha e integrava um total de quatro conselheiros. Com funções que se confundiam com as de cariz executivo, reunia no salão nobre localizado por sobre o pórtico que, a partir da Praça do Município, dá acesso às Instalações Centrais da Marinha, na Ribeira das Naus, presentemente no domínio do Tribunal da Relação de Lisboa, conforme referenciado pelo Comandante Henrique Alexandre da Fonseca¹.

Dada a acumulação de tão variadas funções numa única entidade, constatou-se que a sobrecarga acarretava alguns inconvenientes,

mitigados com a criação do cargo de Major-General da Armada, a 16 de outubro de 1807. Além de deter o comando superior das forças navais, também lhe competia agilizar a transferência da corte para o Brasil. Para o efeito, o Major-General da Armada dispunha igualmente do seu próprio estado-maior, que contava com dois ajudantes e quatro funcionários.

Por manifesta ineficiência para fazer face às necessidades operacionais e administrativas, o Conselho do Almirantado acabaria por ser extinto em 1822. Seria novamente ativado em 1892, em grande medida por se considerar que, na conjuntura então vigente, a direção superior da Armada deveria estar a cargo de um órgão colegial. Tinha como presidente o próprio Ministro da Marinha, encontrando-se a estrutura administrativa do seu gabinete entregue a dois oficiais gerais. O mais antigo era o vice-presidente e as funções de secretário eram desempenhadas por um capitão-de-mar-e-guerra, que tinha na sua dependência sete repartições organizadas de acordo com o modelo napoleónico. Em 1894, por ocasião das comemorações dos 500 anos do nascimento do Infante D. Henrique (1394-1460), o Conselho do Almirantado mandava publicar aquela que passaria a ser a divisa da Marinha Portuguesa e lema do respetivo patrono, o célebre:



Salão nobre do atual Tribunal da Relação de Lisboa



Foto: CMOB/T. Gonçalves de Carvalho

Em virtude das dificuldades geradas por este modelo de índole colegial, a 21 de dezembro de 1897 o Conselho do Almirantado era novamente extinto, só voltando a ter esta denominação um século depois, em 1994, noutros moldes e com outras competências. Substituiu o Conselho Superior da Armada que tinha sido estabelecido em 1935 e presidido pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) a partir de 1974, sendo atualmente o órgão máximo de conselho do CEMA². Por seu turno, o Conselho Superior da Armada tinha funções repartidas pela Majoria-General (componente naval), que exercia o comando superior da Armada, e pela Direção-Geral da Marinha (componente marítima), que superintendia a administração superior da Marinha.

Em vésperas da eclosão da Grande Guerra (1914-1918), o preâmbulo do Decreto de 5 de abril de 1913, que criou a Comissão Permanente de Estudos dos Serviços de Estado Maior da Armada, já continha referência explícita à importância de a Marinha dispor do seu estado-maior:

«De dia para dia se salienta a falta do serviço do estado maior na Marinha, muito embora seja reduzido o material naval da marinha de guerra. Tal serviço deverá incluir-se no projecto da reorganização geral da armada, em preparação, para ser submetido à sanção no Parlamento; no entanto, para desde já se atender às exigências instantes do serviço naval, criar-se-á, junto da Majoria-General, uma comissão para iniciar o estudo e a orientação dos serviços no estado maior na Armada».

Composta por um capitão-de-mar-e-guerra, dois capitães-de-fragata, um capitão-tenente e dois primeiros-tenentes, as atribuições da Comissão Permanente de Estudos dos Serviços de Estado Maior da Armada passavam, no essencial, por identificar os aperfeiçoamentos a introduzir na organização de todos os serviços da Armada, que por essa altura se encontravam desatualizados. Três anos mais tarde era extinta aquela comissão e promulgados os moldes em que deveria funcionar a recém-criada Direção dos Serviços de Estado-Maior, cujas competências consistiam, entre outras, em propor a alteração às organizações e aos regulamentos em vigor, e, bem assim, elaborar os programas de instrução do pessoal da Armada.

Em 1918, na sequência da reorganização da Marinha decorrente dos ensinamentos colhidos durante o primeiro conflito mundial, era criado o Estado-Maior Naval, pelo Decreto 4:451, de 16 de junho. De acordo com aquele diploma, o Estado-Maior Naval era *«a repartição de maior importância da Armada»*, competindo-lhe, entre outros assuntos, o estudo da política naval orientada segundo os objetivos políticos definidos pelo Governo e o estudo dos planos mais apropriados à realização da denominada política naval. Seis meses depois era promulgado o decreto que estabeleceu as normas de organização do Estado-Maior Naval, no qual se definia ser *«o órgão orientador de toda a actividade militar naval, competindo-lhe, também, realizar o estudo de todos os elementos essenciais à preparação e condução da guerra naval, estabelecer doutrina e assegurar a sua continuidade em assuntos de táctica, estratégia e condução das operações»*.

O Curso Naval de Guerra orbitava igualmente na sua tutela e a nomeação dos oficiais para servir no Estado-Maior Naval era feita *«por concurso, para os capitães-tenentes e primeiros-tenentes, entre os que tivessem frequentado com aproveitamento o Curso Naval de Guerra, e para os capitães-de-mar-e-guerra e capitães-de-fragata, entre os que tivessem seguido o mesmo curso com assiduidade»*. Paralelamente, cada um dos concorrentes deveria



Vista do edifício do Estado-Maior Naval no Arsenal da Marinha

apresentar «dentro de um prazo de sessenta dias uma memória sobre assunto à sua escolha, de entre um número de assuntos não inferior a três, indicado pelo Estado-Maior Naval e em relação com o serviço». As memórias admitidas eram posteriormente apresentadas, com classificação justificada, ao Major-General da Armada e levadas, com a informação deste, ao Ministro da Marinha, que só então designava os candidatos a nomear para servir no Estado-Maior Naval. Relativamente à extensão da comissão de serviço no Estado-Maior Naval, o diploma regulamentar preconizava que «os oficiais que manifestem zelo e dedicação prestam serviço durante um prazo mínimo de quatro anos e máximo de seis». Recomendava, ainda, que

Art. 25.º O estado maior da armada é constituído por um vice-almirante ou contra-almirante que é o presidente e se intitula chefe do estado maior da armada e pelos presidentes e vice-presidentes de todas as comissões técnicas de marinha.

Art. 26.º Ao estado maior da armada, sob a direcção do seu chefe, compete:

1.º O estudo de assuntos relativos a tática, estratégia e política naval;

2.º Estudos concernentes a mobilização e reserva naval;

3.º Estudo de características dos navios de guerra ou unidades a adquirir e modificações nos existentes; qualidade e quantidade do armamento marítimo e terrestre ou aéreo, dependente do Ministério da Marinha;

4.º Confecção dos cadernos de encargos do material de guerra e naval;

5.º Estudo de todos os sistemas de sinais para uso da armada;

6.º Aplicação da electricidade aos serviços da armada;

7.º Coordenação e escolha para publicação dos pareceres das comissões técnicas e dos relatórios dos comandantes dos navios e de forças navais, dos chefes de missão e dos adidos navais;

8.º Consultar acerca de assuntos que lhe sejam apresentados por qualquer das outras divisões autónomas do Conselho General da Armada;

9.º Obter dos adidos navais as informações de que careça para o estudo de qualquer assunto;

10.º Estudos sobre a defesa marítima do continente e ilhas adjacentes na parte que respeita à marinha de guerra e à cooperação com as forças do exército;

11.º Propor ao Conselho General da Armada a nomeação das missões de estudo e pessoal que as há-de compor;

12.º Em geral todos os estudos técnicos conducentes à eficiência da marinha de guerra.

Art. 27.º Junto ao estado maior da armada funciona uma secretaria com duas repartições. A primeira, que tem por chefe o próprio chefe do estado maior da armada e por sub-chefe um capitão de mar e guerra com tirocinio para o posto imediato, incumbem os assuntos enumerados no artigo anterior. A segunda incumbem todo o serviço de expediente do estado maior da armada e formular e publicar quinzenalmente as *Ordens da Armada*; tem por chefe e sub-chefe oficiais superiores de marinha.

«na nomeação dos oficiais atender-se-á a que é uma condição essencial da eficiência da Marinha que os oficiais tenham tido directo e frequente contacto com o mar».

Chefiado por um contra-almirante, cujo primeiro titular foi o CALM Manuel Eduardo Correia, e tendo como subchefe um capitão-de-mar-e-guerra, o Estado-Maior Naval dispunha inicialmente de apenas oito oficiais e assentava na seguinte orgânica:

- 1.ª Secção (Informações)
- 2.ª Secção (Recursos Naturais)
- 3.ª Secção (Política Naval e Planos de Operações)
- 4.ª Secção (Doutrina da Guerra Tática e Estratégica)
- 5.ª Secção (Instrução e Orgânica Naval).

Tendo sido alvo de diversas alterações e colocado sob diferentes tutelas ao longo de 37 anos, o Estado-Maior Naval perduraria até à criação do atual Estado-Maior da Armada (EMA), em 1955. Não obstante, o **primeiro Estado-Maior da Armada foi criado há cem anos pelo Decreto n.º 7:842, de 28 de novembro de 1921**, no âmbito da reorganização do Ministério da Marinha. Presidido por um vice-almirante ou contra-almirante, integrava os presidentes e vice-presidentes de todas as comissões técnicas da Marinha, tendo o CALM Inácio Frederico Loforte sido o primeiro Chefe do Estado-Maior da Armada. Este modelo teria, no entanto, existência efémera – cerca de dois anos – período durante o qual a Marinha foi superiormente administrada pela Majoria-General, que se encontrava organizada em cinco repartições:

- 1.ª Repartição (Pessoal)
- 2.ª Repartição (Material)
- 3.ª Repartição (Justiça)
- 4.ª Repartição (Máquinas)
- 5.ª Repartição (Saúde)

Na reorganização levada a cabo em 1924, o cargo de Major-General da Armada seria substituído pelo de Comandante-Geral, tendo o Estado-Maior Naval ficado reduzido a três secções:

- 1.ª Secção (Informações)
- 2.ª Secção (Organização)
- 3.ª Secção (Operações e Movimentos)

Com a extinção do Comando-Geral em 1928, a chefia superior da Armada transitou para o Chefe do Estado-Maior Naval, situação que se manteve até 1930, quando o Comando-Geral da Armada voltou a autonomizar-se relativamente ao Estado-Maior Naval. Com a publicação do Regulamento do Estado-Maior Naval em 1933, este órgão foi transferido para a tutela do Ministro da Marinha.

Dois anos depois, o Comando-Geral da Armada dava novamente lugar à Majoria-General da Armada, que voltou a ter o Estado-Maior Naval na sua dependência. No entanto, a partir de 1938 passaria a servir, tanto o Major-General da Armada como o Ministro da Marinha. O Comando-Geral da Armada seria novamente reativado em 1950 e abolida Majoria-General da Armada, na sequência da reorganização da estrutura superior da Defesa, que levou à criação do cargo de Ministro da Defesa Nacional e ao restabelecimento do Secretariado-Geral da Defesa Nacional, criado em 1935. Este último, estaria na origem do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), em 1974.

Superadas as referidas vicissitudes, em 1955 era criado o atual Estado-Maior da Armada (EMA), pelo Decreto-lei n.º 40.343, de 18 de outubro, há precisamente 76 anos. Adotou, na íntegra, a orgânica do Estado-Maior Naval, herdando também as respetivas instalações onde ainda funciona:

«É extinto o Estado-Maior Naval e criado em sua substituição o Estado-Maior da Armada, organismo de estudo, concepção,

previsão e orientação das actividades da Armada e que funciona, por delegação do chefe do Estado-Maior da Armada, sob as ordens de um contra-almirante com a designação de subchefe do Estado-Maior da Armada, responsável perante aquele pela execução dos serviços na sua dependência».

Doravante, o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), então com o posto de vice-almirante, passou a constituir o mais alto cargo da hierarquia da Armada, em substituição do cargo de Comandante-Geral da Armada, que foi extinto. Foi seu primeiro titular o VALM José Augusto Guerreiro de Brito.

Nos anos 60, numa época caracterizada por grandes transformações no país e na Marinha, o trabalho desenvolvido no EMA pelo Comandante Pereira Crespo esteve na origem das reformas levadas a cabo nesse período. A organização do EMA sofreu uma primeira alteração em 1963, passando a contar com dois subchefes, ambos contra-almirantes, aproximando-se a sua constituição, com apenas quatro divisões, do modelo anteriormente adotado pela NATO:

- 1.ª Divisão (Organização)
- 2.ª Divisão (Informações)
- 3.ª Divisão (Operações)
- 4.ª Divisão (Logística)

Dois anos mais tarde, o subchefe mais antigo (1.º Subchefe) recebia a designação de Vice-chefe do Estado-Maior da Armada (Vice-CEMA), enquanto o mais moderno (2.º Subchefe) passava a denominar-se Subchefe do Estado-Maior da Armada (SubCEMA), vincando, desta forma, a distinção entre os dois cargos.

Com a extinção do Ministério da Marinha em 1974, o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada passou a ser desempenhado por um almirante, que herdou grande parte das competências do Ministro da Marinha e, inclusivamente, o respetivo gabinete. Muito embora tenha mantido a designação, o CEMA deixava, contudo, de chefiar o Estado-Maior da Armada, tendo essa função sido transferida para o Vice-CEMA, cargo que a partir de 1976 passou a ser exercido por um vice-almirante, com o VALM Silva Horta a protagonizar essa alteração. No ano seguinte era acrescentada ao EMA a Divisão de Comunicações e Eletrónica, ficando o Centro de Comunicações da Armada na sua dependência. Em 1993 era criada a Divisão de Planeamento e instituída nova organização do EMA, que passou a contar com seis divisões:

- 1.ª Divisão (Pessoal e Organização)
- 2.ª Divisão (Informações)
- 3.ª Divisão (Operações)
- 4.ª Divisão (Logística)
- 5.ª Divisão (Planeamento)
- 6.ª Divisão (Comunicações e Eletrónica)

Em 2009 entrava em vigor uma nova organização do EMA concentrada nos recursos, que agregou Pessoal e Material na novel Divisão de Recursos. No mesmo passo era inaugurada a Divisão de Relações Externas, que integrou o Gabinete de Cooperação criado em 1991, sublinhando a relevância desta vertente para a Marinha. Comportava três divisões e perdurou até 2019:

- Divisão de Planeamento (DIVPLAN)
- Divisão de Recursos (DIVREC)
- Divisão de Relações Externas (DIVRE)

Sendo, por excelência, o órgão multidisciplinar de apoio à decisão do CEMA no que respeita ao estudo, ao planeamento *lato sensu* e identificação dos correspondentes recursos, a



Foto: Rui Ochoa/Presidência da República

organização do EMA tem sido, em grande medida, ditada pela evolução da conjuntura político-militar nacional e internacional, contando, em cada momento, com a estrutura que melhor se ajusta ao cumprimento daquele desígnio. Decorrida uma década a DIVREC voltou a subdividir-se, dando lugar à Divisão de Pessoal (DIVPES) e à Divisão de Material (DIVMAT), altura em que também foi criada a Divisão de Operações (DIVOPS). Em resposta à atual dinâmica um ano depois era instituída a Divisão de Inovação (DIVINOV), ficando o EMA com a seguinte orgânica:

- Divisão de Planeamento (DIVPLAN)
- Divisão de Pessoal (DIVPES)
- Divisão de Material (DIVMAT)
- Divisão de Relações Externas (DIVRE)
- Divisão de Operações (DIVOPS)
- Divisão de Inovação (DIVINOV)

Atendendo à irregular evolução da respetiva modularidade, constata-se que o EMA perfilhou a divisa *mutatis mutandis*, preconizando mudar o que tem de ser mudado de forma a permanecer na vanguarda e em linha com a realidade vigente, com o propósito de antecipar a introdução e as consequências do impacto de novas exigências na Marinha, decorrentes do progresso científico, tecnológico, económico, organizacional e ambiental.

Em virtude de a legislação em vigor não conferir estandarte nacional aos Ramos das Forças Armadas, o estandarte nacional do EMA é o repositório das condecorações atribuídas à Marinha, que se assume firme na defesa, empenhada na segurança e parceira no desenvolvimento.

É assim que o estandarte nacional do EMA ostenta, desde 2018, a insígnia de membro honorário da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, e desde 2021, em reconhecimento dos relevantes serviços prestados ao país durante a pandemia e consequente contributo para a soberania nacional, a insígnia de membro honorário da Ordem Militar de Cristo.



António Gonçalves

CFR

Nota

¹ Comandante Henrique Alexandre da Fonseca «A Sala do Almirantado», in *Nau de Pedra – Colectânea de artigos de vários autores*, Lisboa, Edição da Revista da Armada, 1988, pp. 59-62.

² Com a extinção do cargo de Ministro da Marinha.



ÚLTIMA PÁGINA DO DIÁRIO DE NAVEGAÇÃO

NRP OLIVEIRA E CARMO

Este é o nosso navio. É um navio com alma, e com um valor histórico-cultural imenso.

Este ano comemoram-se os 60 anos do combate naval na Índia Portuguesa, em Diu, entre a lancha *Vega* e as forças militares da União Indiana. A desproporção de meios bélicos envolvidos levou a um desfecho inexorável.

As palavras que Camões utilizou nos Lusíadas para definir **aqueles** que pelos seus feitos jamais serão esquecidos, aplicam-se aqui hoje na integra:

“Aqueles que por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”

60 ANOS

Para a História Naval, o dia 18 de Dezembro de 1961 ficou marcado com a morte em combate do 2TEN Oliveira e Carmo – Comandante do NRP *Vega* – e de mais dois marinheiros; dois outros elementos da guarnição ficaram gravemente feridos.

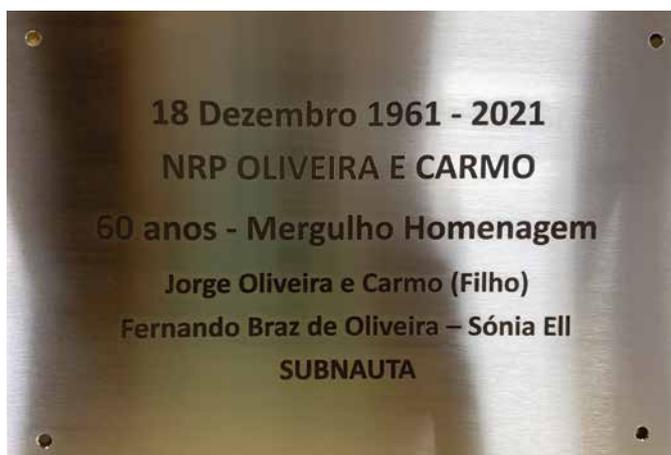
Os valores militares dos caídos e ou feridos no campo da honra são, para mim, um exemplo e uma referência de elevado sentido patriótico. São esses os valores que têm norteado a minha vida profissional e pessoal.

Na minha juventude, no Colégio Militar tive o privilégio de me cruzar com o “35” Jorge e com o “69” Diogo Oliveira e Carmo, e viver e sentir o enorme orgulho dos filhos para com o seu pai, sendo que o Jorge nunca chegou a conhecê-lo.

Este contacto com a família do Comandante¹ Oliveira e Carmo marcou a minha carreira como oficial de Marinha. No final da minha formação na Escola Naval, quando tive a oportunidade de escolher o navio em que iria estagiar, a opção foi fácil. A corveta *Oliveira e Carmo* seria o meu primeiro navio; em 1986 fui nomeado Chefe do Serviço de Navegação e Informações em Combate. Naveguei neste navio até ser indigitado, em 1988, para a especialização em Artilharia Naval.

Integrado nas comemorações do 25.º aniversário do combate ao largo de Diu, planeei e executei uma saída para o mar, a 18 de Dezembro de 1987, a fim de lançar ao mar uma coroa de flores. Embarcaram, na altura, os familiares do Comandante Oliveira e Carmo e os sobreviventes da lancha *Vega*. Nesse dia foi descerrada, na asa da ponte a bombordo, uma placa alusiva.

Que orgulho senti na altura e, que orgulho sinto hoje, por ter servido Portugal e a Marinha a bordo do NRP *Oliveira e Carmo*.



Ainda hoje recorro com emoção as milhas navegadas a bordo, as muitas horas passadas no mar, as operações e exercícios navais e as missões de: salvaguarda da vida humana no mar; busca e salvamento marítimo; vigilância e fiscalização das águas de jurisdição nacional; controlo da navegação mercante e poluição marítima; controlo da Zona Económica Exclusiva; missões de interesse público; apoio às Regiões Autónomas (incluindo uma comissão nos Açores).

A “ALMA” DOS NAVIOS

A ligação de amizade à família Oliveira e Carmo e a minha carreira como Oficial da Marinha geraram em mim um enorme sentido de respeito, orgulho e admiração pelo Patrono do navio e fizeram com que tenha ficado para sempre ligado a esta corveta.

Sempre senti que os navios não morrem, e que a sua missão não termina no dia do seu abate. Procurei, em diversos momentos da minha carreira, honrar este sentimento, e foi com enorme satisfação que assisti à hercúlea tarefa de dar continuidade à vida de alguns navios de guerra, preparando-os para servirem de recifes naturais ao largo de Portimão, projecto levado a cabo pela *Ocean Revival*, na pessoa de um visionário, o Dr. Luís Sá Couto.

Porquê, então, não escrever mais uma página no “Diário de Navegação” do navio? Por incrível que pareça, o navio, desde o seu afundamento a 30 de Outubro de 2012, já “navegou” cerca de 380 metros para leste, determinado em se manter vivo e marcar a diferença.

Ligeiramente adornado a bombordo, a sua figura imponente e a sua silhueta são ainda bem perceptíveis, sendo fácil identificar a ponte de comando, a roda de leme, a zona do castelo, a casa das máquinas; e é possível “circular” no seu interior entre os diversos compartimentos.

RECIFE DE NAVIOS

Em formatura ordenada², a sul de Portimão, por volta da batimétrica dos 32 metros, encontra-se uma força naval – quatro navios de guerra – representativa da Marinha. O projeto – o maior recife artificial da Europa – pretendeu promover o potencial da economia do mar através do turismo subaquático na região.

Os navios foram preparados³ para interferir ao mínimo com o ambiente, cumprindo escrupulosamente as convenções internacionais para o efeito, designadamente a Convenção OSPAR⁴. Esta esquadra está agora transformada num santuário fervilhante de vida marinha, com um centro expositivo complementar em terra, no Museu de Portimão.



Mergulho/Homenagem.

Os navios afundados são museus vivos, pela história prévia que carregam e pela vida marinha⁵ que passaram a albergar. Entre eles, a corveta *Oliveira e Carmo* continuará a “navegar” nesta sua segunda vida como navio descomissionado.

MERGULHO – HOMENAGEM

NRP *Oliveira e Carmo* – tão grande navio e tão distinto patrono. Um navio, mesmo no fundo do mar, continua vivo e activo, se bem que com uma nova missão – a da preservação dos oceanos. O testemunho de um emotivo e muito especial mergulho-homenagem fica assim registado nesta página do “Diário de Navegação” de forma singela.

Portimão, dia 12 de novembro. Na sede da SUBNAUTA juntámos três amigos mergulhadores, dois fotógrafos subaquáticos e dois instrutores⁶, todos com a mesma expectativa e vontade – homenagear⁷ um Herói do Mar. Associou-se a nós alguém com extrema devoção e empenho na literacia dos oceanos – a Sónia Ell, fundadora da “Quando + 1 é - 1”⁸.

Esta “guarnição” fantástica desceu ao fundo do mar e “embarcou” na *Oliveira e Carmo*. Levámos bem fundo, ao seu interior, a bandeira nacional – símbolo máximo do nosso patriotismo e homenagem. Levámos a bandeira da Marinha, que alguns de nós servimos com o maior orgulho, e fizemos questão de deixar a bordo, na ponte, uma placa comemorativa para que outros tenham curiosidade em saber o porquê.

Ao escrever no Diário de Navegação o relato deste mergulho, estamos a partilhar o conhecimento histórico, as emoções, as histórias de mar, a paixão pelos oceanos e sua preservação,



O autor, o Jorge Oliveira e Carmo e a Sónia Ell.

MINISTÉRIO DA MARINHA REPARTIÇÃO DO GABINETE

DECRETO-LEI N.º 44972

O 2TEN Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo, em 18 de Dezembro de 1961, nas águas do Estado da Índia Portuguesa, revelando acrisolado amor pátrio, alta consciência do dever e elevadas virtudes militares, sacrificou gloriosa e heróicamente a sua vida em defesa da Pátria.

O Decreto-Lei n.º 28210, de 23 de Novembro de 1937, apenas prevê que seja feita de grau em grau hierárquico a promoção por distinção dos oficiais da Armada; no entanto, a extraordinária e exemplar acção do segundo-tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo contra o inimigo externo, premiada com a comenda da Ordem Militar da Torre e Espada e a medalha de ouro de valor militar com palma, situa-se entre os mais edificantes feitos de armas que a nossa história regista e justifica, por isso, que a Nação o reconheça de forma excepcional.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É promovido, por distinção, a título póstumo, ao posto de capitão-tenente o segundo-tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Abril de 1963.

que são o nosso denominador comum. E homenageamos o Comandante Oliveira e Carmo, patrono do navio.

Eu e o Jorge Oliveira e Carmo voltámos, neste dia, a reunirmo-nos a bordo, no interior da ponte, num ambiente diferente, mas igualmente cheio de emoções, sendo que a última vez que o tínhamos feito, em 1987, era eu Guarda-Marinha.



Fernando Braz de Oliveira
CMG

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Nota

¹ Promovido a CTEN a título póstumo (ver Caixa).

² *Formation one* na lexicologia NATO.

³ Com a ajuda da *Canadian Artificial Reef Consultant (CARC)*, responsável por mais de 23 imersões deliberadas de navios em todo o mundo.

⁴ Para poderem ser considerados recifes artificiais, os navios foram limpos de todos os materiais nocivos ao ambiente ou perigos para os mergulhadores.

⁵ Estes navios são hoje o refúgio para espécies de peixes, moluscos em toda a escala da teia trófica. São um autêntico berçário e uma maternidade, potenciando a criação de uma imensa biodiversidade.

⁶ São eles o Artur Cardoso, o Paulo Renato Caçoete Anjos, o Paulo Bicho, o João Encarnação e o Hugo Fernandes.

⁷ Este mergulho-homenagem é também uma forma de agregar todos aqueles que se sentem ligados ao navio e ao seu patrono, quer tenham sido elementos da sua guarnição, quer tenham sido seus comandantes, quer sejam do curso da Escola Naval cujo Patrono é o Comandante Oliveira e Carmo, quer sejam simplesmente amantes do mar e sintam, um grande orgulho, em serem portugueses e na nossa história.

⁸ Alusão à responsabilidade que cada um têm de ser +1 a promover a preservação dos oceanos e assim garantir que -1 (menos uma) pessoa fica indiferente.



COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA – ANGOLA

ESCOLA DE ESPECIALISTAS NAVAIS

No Programa Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) Luso-Angolano 2018-2021 constam vários projetos. O Projeto nº 4 destina-se a “Apoiar a Marinha de Guerra Angolana”, e dele fazem parte vários objetivos.

O Objectivo 3.3 “Apoiar as Actividades de Formação da Escola de Especialistas Navais (EEN) – Lobito” contempla uma Assessoria Técnica junto do Comando desta Escola. Na EEN, o apoio prestado por militares da Marinha Portuguesa estende-se também ao Chefe da Repartição de Ensino e aos formadores, no apoio na elaboração de documentação de curso e de diversos normativos relacionados com a organização e funcionamento escolar, no processo formativo e ainda na execução de palestras/formação.

HISTÓRIA DA ESCOLA



A EEN é um estabelecimento de ensino militar da Marinha de Guerra Angolana (MGA) que desenvolve o processo de formação dos futuros técnicos (sargentos e praças) nas várias especialidades de Marinha, a partir de influências cognitivas, práticas e tecnológicas que se expressam em conhecimentos, habilidades e valores castrenses estabelecidos nas Forças Armadas de Angola (FAA).

A EEN era, anteriormente, denominada Centro de Instrução de Especialistas Navais (CIEN). O CIEN foi fundado em 1 de abril de 1976 (se bem que os primeiros cursos tenham ocorrido ainda em 1975), e surgiu da necessidade da formação de quadros para assegurar o normal funcionamento da Marinha, após o seu abandono pelos portugueses, em 1975. O CIEN esteve sediado na Base Naval de Luanda até 2007.

Pelo despacho n.º 025/07, de 14 de abril, o então Chefe do Estado-Maior da MGA, ALM Feliciano dos Santos “PAXI”, ordenou a alteração da denominação do Centro e a sua transferência para a localização actual – Praia do Bebê, no município da Catumbela, província de Benguela.

A EEN faz parte integrante do Sistema de Formação Profissional (SPF) da MGA – tem sido, essencialmente, um polo de formação de Sargentos e de Praças, nas especialidades de Eletromecânica, Comunicações, Meios Radiotécnicos, Manobra e Armamento Naval.

Tem também efetuado formação na área da Metodologia de Ensino e de Técnico-Pedagógicas para Oficiais, Sargentos e Praças.. É comumente considerado que a sua evolução e crescimento enquanto estabelecimento de ensino e de formação militar de artes e ofícios, valores, atitudes e virtudes, se deve ao contributo da Assessoria Portuguesa, que desde 2007 aqui vem desenvolvendo a sua ação.

A EEN tem como “Ideia Força” – a **Criatividade**, a **Habilidade** e a **Atitude**.

1^{as} JORNADAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS

Conforme programado (ver quadro) e superiormente aprovado, decorreram de 20 a 24 de setembro de 2021, na EEN, as 1^{as} Jornadas Técnico-Pedagógicas sobre o tema “Melhorar a Proficiência do Formador”.

As Cerimónias de Abertura e de Encerramento foram presidiadas pelo VALM Tomás Felgueiras Neto, Comandante da Região Naval Sul, em representação do General Comandante da MGA, que enalteceu a iniciativa e agradeceu a forma digna como os trabalhos decorreram e manifestou empenho para a continuação da realização de eventos semelhantes.

A organização, a valia dos temas, a qualidade dos palestrantes e o envolvimento dos auditores (docentes da EEN) contribuiu para o sucesso da iniciativa, que teve o envolvimento da Assessoria Portuguesa, dando resposta à solicitação da MGA, com o especial empenho do CFR Oliveira Santos.



DATA / HORA	PAINEL / OBJETIVOS / SESSÃO	PRELETOR	MODERADOR
	SESSÃO DE ABERTURA	VALM FELGUEIRAS NETO	
20AM SET	PAINEL I – APRENDIZAGEM E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO Identificar conceitos / teorias / fatores / condições facilitadoras do processo de aprendizagem. Desenvolver um espírito crítico, criativo e empreendedor. Redigir objetivos pedagógicos. Hierarquizar objetivos segundo os domínios do saber	CFR OLIVEIRA SANTOS TEN GARCIA ANANIAS	TEN MAGNO MATEUS
21AM SET	PAINEL II – COMUNICAÇÃO E PERFIL DO FORMADOR Conceitos e fundamentos da formação Profissional. O SFP da MGA. Perfil do Formador (competências, capacidades). Comunicação pedagógica. Métodos, técnicas e estilos de comunicação	TEN PEDRO FERRAMENTA TEN LARISSA NETO	CFR OLIVEIRA SANTOS
22AM SET	PAINEL III – MÉTODOS E TÉCNICAS PEDAGÓGICAS Métodos pedagógicos – expositivo, interrogativo, demonstrativo e ativo – e respetivos critérios de seleção. Técnicas pedagógicas e respetivos critérios de seleção	TEN ALBERTO ANTÓNIO TEN MAGNO MATEUS	TEN ANICETO KAPITANGO
23AM SET	PAINEL IV – AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO Conceito, finalidades e objetos de avaliação da formação; a qualidade da formação. Fases da Avaliação do SFP da MGA; medidas retificativas	TEN DINON MIGUEL	TEN NUNO MATEUS
24AM SET	PAINEL V – DOCUMENTAÇÃO DE CURSO Apresentação da versão final da Documentação de vários Cursos de Formação de Sargentos e Praças	TEN PEDRO FERRAMENTA	CFR OLIVEIRA SANTOS
	PAINEL VI – APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	TEN ERIK FERREIRA	CFR OLIVEIRA SANTOS
	SESSÃO DE ENCERRAMENTO	VALM FELGUEIRAS NETO	

MAQUETE

A proposta de Curso de Aperfeiçoamento em “Luta Pela Vitalidade” foi complementada com a apresentação de uma maquete dum futuro Centro de Treino nas seguintes áreas:

- do combate a incêndios; e
- da prevenção e contenção de alagamentos.



CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM “LUTA PELA VITALIDADE”

No último dia das 1^{as} Jornadas Técnico-Pedagógicas, foi apresentada uma proposta de Curso de Aperfeiçoamento em “Luta Pela Vitalidade”. Faz-se sentir a necessidade dum curso nessa área – capacitação a nível de conhecimentos teórico-práticos, prontidão e organização para dar resposta a possíveis situações adversas de avarias ou sinistros que poderão ocorrer, de forma aleatória, nas unidades navais – por forma a contribuir para o aumento da proficiência e da capacitação dos profissionais da MGA.

Por forma a sensibilizar a assistência para esta necessidade, foram realizadas as seguintes atividades:

- Uma palestra ministrada por oficiais da EEN, onde foram abordados temas sobre a química do fogo, os meios e as formas de propagação do calor, os métodos e os mecanismos de interrupção, os equipamentos de combate a incêndios, as classes de fogo, os extintores e a forma correta de os usar e manter; e
- Um exercício de combate a um incêndio da classe B (líquidos), com um extintor de pó químico, para demonstrar o seu manuseamento e cuidados, o ângulo de ataque e a melhor forma de debelar um incêndio deste tipo.



Passos Ramos
CMG
Diretor Técnico do Projeto 4



Porta-de-armas do EEN

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

COMANDANTE DO CORPO DE FUZILEIROS

Presidida pelo Comandante Operacional da Marinha, VALM Silvestre Correia, realizou-se no passado dia 14 de julho no Museu do Fuzileiro, localizado na Escola de Fuzileiros, a cerimónia de entrega de comando do Corpo de Fuzileiros (CF).

O CMG FZ Mariano Alves é o novo Comandante CF, rendendo no cargo o COM Silva Ribeiro.

Tratou-se de um momento de especial na história de todos os fuzileiros, uma vez que este é o primeiro Oficial oriundo dos cursos tradicionais da Escola Naval do Ramo de Fuzileiro a comandar o CF. Nele, o atual Comandante do Corpo de Fuzileiros, deixou bem patente aquelas que seriam as suas Linhas de Ação, consideradas prioritárias para o seu comando, e que aqui fazemos referência:

- Reajustar e validar do processo de reestruturação que se encontra em fase de experimentação desde 2015;
- Analisar e implementar internamente as medidas necessárias para mitigar a elevada taxa de rotatividade, o absentismo nas Unidades e as taxas de atrição na formação;
- Reforçar o *commitment* com a organização, contribuindo para uma maior atratividade no recrutamento de forma a concorrer para reposição dos efetivos em falta;
- Procurar consolidar a capacidade de combate do CF como uma capacidade “una” e credível, mantendo a sua especificidade e ligação aos meios navais;
- Consolidar o reequipamento dos Fuzileiros dentro da Lei de Programação Militar e das prioridades que vierem a ser definidas superiormente, nomeadamente no que concerne à mobilidade blindada, proteção individual do combatente, armamento e C2;
- Melhorar e reabilitar as infraestruturas, criando melhores condições de habitabilidade do pessoal;
- Consolidar novas capacidades que são requeridas nos TO atuais e futuros.

Ao ato de entrega do comando antecedeu-se a cerimónia de imposição de condecoração ao Comandante cessante, com uma Medalha Militar de Serviços Distintos – Grau Prata, distinção atribuída pelo CEMA, ALM Mendes Calado. O COM Silva Ribeiro, que assumiu o cargo de Comandante do CF a 18 de novembro de 2019 e no dia em que celebrou 59 anos entregou o comando do CF.



Fotos SAU/ETC/Silva Parracho

O CMG Artur José Figueiredo Mariano Alves nasceu em Viseu a 18 de outubro de 1966 e ingressou na Escola Naval em outubro de 1985, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais – Ramo de Fuzileiros em setembro de 1990.

Foi Comandante de três das mais relevantes unidades operacionais do Corpo de Fuzileiros – Destacamento de Ações Especiais (DAE) onde serviu durante cerca de 10 anos, dos quais, quatro como Comandante, Unidade de Meios de Desembarque (UMD) e Batalhão de Fuzileiros Nº.2 (BF2). Desempenhou o cargo de Chefe da Célula de Operações Especiais e Comandante da Componente de Operações Especiais Nacional no Comando Conjunto para as Operações Militares do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

No exterior desempenhou o cargo de *Force Protection Staff Officer*, na Divisão

de Planeamento do Quartel-General da NATO em Nápoles, onde, durante essa comissão foi destacado para o Afeganistão (ISAF XI) integrando o 1º SOCCE (*Special Operations Command and Control Element*), onde chefiou o SOCE East (*Special Operation Coordination Element* na região Leste em Bagram).

Frequentou diversos cursos a nível nacional (pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa), diversos cursos de qualificação para prestar serviço no DAE (Curso de Mergulhador de Combate, Curso de Paraquedismo Militar), e outros de progressão de carreira (Curso de Promoção a Oficial Superior, Curso Complementar Naval de Guerra e o Curso de Promoção a Oficial General). A nível internacional frequentou o curso de Operações Especiais e o Mando de Unidade de Paraquedistas em Espanha.



ACADEMIA DE MARINHA

PRÉMIO «ALMIRANTE TEIXEIRA DA MOTA» 2020

Uma parte importante do desenvolvimento e divulgação do conhecimento do mar e das atividades marítimas, que a Academia de Marinha assume como sua missão, é a atribuição dos prémios consagrados nos seus estatutos.

Na abertura da sessão solene da Academia do passado dia 21 de setembro, presidida pelo CEMA, ALM Mendes Calado, foi condecorado o atual Secretário-Geral da Academia de Marinha, Comandante Herlander Valente Zambujo, que vai deixar essas ilustres funções no final do corrente ano.

O Auditório da Academia de Marinha foi, pois, testemunha da imposição da Medalha Militar de Serviços Distintos, Grau Ouro, ao CMG Zambujo, um singelo reconhecimento público da entrega, empenho e dedicação total à causa da Academia demonstrados durante os últimos 6 anos. O Comandante Valente Zambujo deixa para trás uma marca que tão cedo não será esquecida.

Finda esta curta cerimónia foram entregues os diplomas referentes ao Prémio «Almirante Teixeira da Mota», edição de 2020. O Prémio «Almirante Teixeira da Mota»¹ destina-se a incentivar e a dinamizar a pesquisa e a investigação científica na área das Artes, Letras e Ciências ligadas ao Mar e às Marinhas.

O júri desta edição decidiu atribuir o 1.º prémio ao Professor Doutor Luís Filipe Reis Thomaz pela obra «**Cristóvão Colombo, o Genovês, meu tio por afinidade**», destacando a qualidade literária, científica e técnica da obra. Foi ainda entregue uma menção honrosa à Doutora Nina Vieira Portugal Azevedo, pelo seu trabalho intitulado «**A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas**»; o júri destacou o carácter inovador da abordagem ao tema da baleação no Brasil durante a época Moderna, que resultou da conjugação multidisciplinar de diversas Ciências do Mar com vários campos da História.

A comunicação desta sessão estava, pois, reservada para o Professor Luís Filipe Thomaz, que a utilizou para apresentar a sua obra premiada. Começou, porém por realçar a honra em ser agraciado com tal prémio, não só por ser membro da Academia de Marinha desde longa data, mas por ter sido aluno do VALM Teixeira da Mota, o que lhe confere um significado especial.

Focando-se na documentação utilizada, em particular naquela recentemente descoberta, o Professor Thomaz destacou três grupos principais: o primeiro resultando do achado de um copião de correspondência de Colombo; o segundo do também recentemente descoberto processo de abuso de poder levantado ao almirante; e, finalmente, um conjunto de cartas trocadas entre D. João II e os Reis Católicos, provenientes do *Archivo Histórico de la Nobleza*.

Com base nestas e outras fontes documentais mais exploradas, a obra resultante² pretende ser uma história completa de Cristóvão Colombo, desde o seu nascimento até depois da sua morte, uma vez que o seu corpo foi trasladado várias vezes ao longo dos anos.

O autor destacou, ainda, mais alguns dos pontos da originalidade do seu trabalho, como o facto de ser produzida fora de Espanha, onde o estatuto de herói nacional de Colombo impede algum distanciamento da produção de trabalhos sobre esta figura, e a análise realizada aos conhecimentos e à ciência náutica de Colombo.

Concluindo, o Professor Luís Filipe Thomaz procurou encerrar a polémica das origens de Cristóvão Colombo, apresentando a



Fotos SAJ, ETC, Silva Parracho

sua oposição fundamentada às principais teses que se opõem às origens genovesas do almirante.

A sessão terminou com uma ovação da plateia, premiando uma apresentação plena de erudição e conhecimento, que fez jus tanto ao seu autor como ao patrono do prémio que se entregou.

Notas

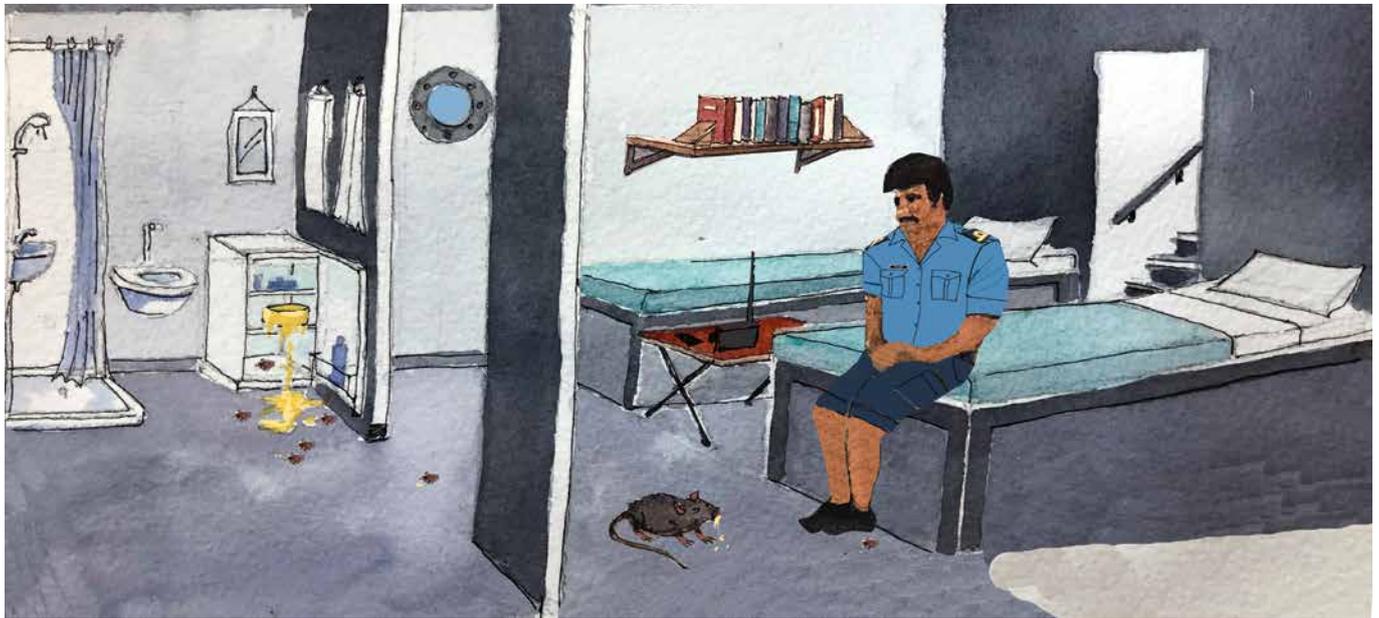
¹ Este prémio é também uma oportunidade de evocar um insigne oficial de Marinha, investigador da História e Ciências Marítimas e 2.º presidente da Academia de Marinha, o VALM Avelino Teixeira da Mota, que se destacou pelos serviços prestados à Marinha e à Pátria, particularmente como estudioso da História, Navegação, Cartografia e Etnografia, deixando um legado e exemplo que todos podemos aspirar a seguir.

² Um «título intelectual» de mais de 900 páginas, fruto do tempo proporcionado pelo confinamento e da participação, algo fortuita, nalgumas discussões historiográficas sobre o tema. A estes catalisadores juntou-se a vontade de contribuir para uma biografia atualizada e escrita em português de Colombo, com o recurso às mais recentes descobertas documentais.

GUINÉ 1971-72

PARTE II – O QUEIJINHO

Autor: STEN TSN-ARQ Paulo Guedes



Certamente a vida a bordo da *Bellatrix* em cruzeiro não haveria de fazer muita diferença da vida a bordo das outras lanchas: levantar, fiscalizar, almoçar, fiscalizar outra vez, jantar e deitar!

E para ajudar a passar o tempo, ler, escrever, conversar, ouvir música, muita música, beber uns copos e fazer paciências.

E esperar pelo dia seguinte...

Eu passava a maior parte do tempo entre a ponte e a minha câmara, que o calor não convidava a estar ao ar livre. Aliás, na câmara, coabitava comigo um ratinho que era muito meu amigo. Eu dormia na cama de estibordo, por cima da qual havia uma prateleira com livros a que eu, pomposamente, chamava biblioteca e, todas as noites, entre as duas e as três da manhã, o meu amigo vinha-me cumprimentar, saltando da biblioteca para o chão e usando a minha barriga como degrau. Lá ia à vida dele e só nunca percebi como é que voltava para casa, que nunca o consegui surpreender em tal trajecto.

Havia outros habitantes da câmara, mas com essas dava-me menos. Não eram nada amigáveis, parecia até que fugiam de mim e teimavam em fechar-se no seu domínio. Pois é, eram as baratas que, provavelmente para se defenderem do tal calor que nos oprimia a todos, optaram por viver no frigorífico. Entravam e saíam à vontade pelas borrachas, que na verdade não vedavam lá muito bem.

Lembro-me até uma vez em que recebi um daqueles miminhos por que todos ansiávamos que nos mandassem de Lisboa, e essa remessa era então particularmente gulosa; continha, entre outras iguarias, um extraordinário queijo da serra, amanteigado, e ainda por cima e feliz coincidência, chegou-me a dita encomenda em vésperas de sair para um cruzeiro.

Feliz, pensei que aquele cruzeiro até me ia custar menos a passar, com aquele queijinho para ir papando. Pressuroso, carreguei-o para a lancha e largámos de Bissau de madrugada. À noite, já no Cacheu, para culminar um petisco do Pecixe e com um vinho que eu tinha prévia e cuidadosamente escolhido, abri cerimoniosamente o quei-

jo...e, oh Céus!, excedia em tudo as minhas expectativas mais optimistas: a massa escorrida, o aroma, o paladar!!! Os cheiros das ervas e do cardo da serra, tudo isso me acudia à memória!!! Eu via-me lá, pastor de um rebanho de ovelhas pastando num fim de tarde, o som bucólico dos badalos embalava-me, oh Cacheu onde é que estavas que já nem de ti me lembrava!

Aí apareceu-me outra vez o Pecixe para levantar a mesa, e acordou-me do sonho. Ia-o matando...

E de novo cá em baixo, no real verde escuro-acastanhado do Cacheu, guardei o queijo, antecipando já o almoço do amanhã. Até dormi melhor nessa noite, os sonhos que eu tive...

Mas na manhã seguinte, quem me dera não ter acordado: o queijo, o meu queijo, o meu rico queijinho, jazia no chão da câmara! O frigorífico não era muito aficionado de fazer frio: gelo, nem pensar e frio, talvez menos um cinco ou seis graus abaixo da temperatura exterior (que era p'raí de quarenta graus à sombra...), menos do que isso, não!

Sobre as borrachas do dito, já falei quando contei das baratas!

De modo que, durante a noite, o meu rico queijinho, amanteigado como só ele, com a temperatura morninha lá de dentro, foi escorrendo, escorrendo, primeiro pelo chão do próprio frigorífico, depois por debaixo das borrachas e para fora dele e, por fim, pelo chão da câmara afora!...

Quem se aproveitou da situação e se alambizou com o queijo foi o meu amigo, durante a sua saída nocturna. E eu, em contrapartida, entrei numa fase depressiva aguda que me durou pelo menos até ao fim do cruzeiro!

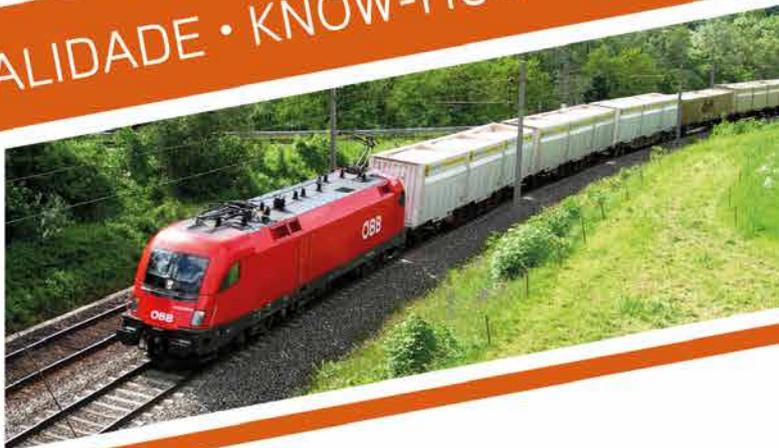


José Manuel Garcia da Costa Bual, 14.º CFORN
In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade, 2019

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.



QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA



SÍNDROME DO CADÁVER AMBULANTE

A síndrome do cadáver ambulante, ou como é chamada na medicina, síndrome de Cotard, é uma perturbação neuropsiquiátrica rara cuja manifestação principal é a existência de delírios de negação. Mais concretamente, as pessoas afetadas verbalizam a ideia delirante que já estão mortas (ou prestes a morrer), ou que partes do seu corpo não existem ou não funcionam. Muitas vezes recusam alimentar-se e cuidar da sua higiene, comprometendo gravemente a sua saúde física e a sua vida social.

Em 1880 o médico francês Jules Cotard (neurologista, psiquiatra e cirurgião militar) descreveu pela primeira vez um quadro clínico que acreditava corresponder a um novo subtipo de depressão. Perante a *Société Médico-Psychologique*, em Paris, apresentou de forma detalhada o caso da "Mademoiselle X", uma mulher que negou a existência de partes do seu corpo e da sua necessidade de comer. A doente afirmava não ter cérebro, nervos, tórax, estômago ou intestinos; só lhe restava a pele e os ossos do corpo. Dizia não precisar de comer para viver pois não podia morrer de morte natural. Apesar das tentativas para a tratar, com os conhecimentos médicos da altura, a "Mademoiselle X" manteve os delírios e morreu de fome. Nos seus trabalhos subsequentes, o Dr. Cotard propôs que seria a conjugação de um estado depressivo grave e de uma ansiedade mórbida que poderiam levar ao desenvolvimento de delírios estruturados de conteúdo hipocondríaco.

Nos anos seguintes a sociedade médica, perante mais casos sobreponíveis aos da "Mademoiselle X", debateu-se se este quadro clínico deveria ser classificado como um subtipo de depressão, como um sintoma isolado, ou mesmo como uma entidade clínica independente. Em 1893 foi introduzida a ideia de abordar este quadro como uma síndrome (conjunto de sinais e sintomas que surgem combinados, independentemente da sua etiologia), sendo ainda hoje essa a abordagem mais consensual. Como tal, esta perturbação não aparece referida nos manuais de classificações diagnósticas, como é exemplo o manual CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) da Organização Mundial da Saúde, atualmente em vigor.

ETIOLOGIA

Não se conhece ainda a fisiopatologia da síndrome de Cotard. Esta é encontrada principalmente em pessoas diagnosticadas com perturbação depressiva (cerca de 89% dos casos), perturbação afetiva bipolar e esquizofrenia. Há também relatos desta síndrome em doentes com epilepsia, doença de Parkinson, esclerose múltipla, neurosífilis, enxaqueca, acidente vascular cerebral (AVC), tumor cerebral, trauma cerebral, atrofia cerebral, ou mesmo como efeito secundário de medicação ou drogas.

EPIDEMIOLOGIA

Esta é uma perturbação rara, existindo menos de 1000 casos descritos na literatura científica. Afeta igualmente ambos os sexos e é mais frequente em adultos e idosos (apesar de existirem casos descritos em adolescentes e crianças).

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico é clínico. Algumas queixas que os doentes com esta síndrome apresentam são:

- Negar a presença ou funcionamento de certos órgãos;
- Acreditar estar morto;
- Sentir impossibilidade de morrer por acreditar já estar morto;
- Negar a sua existência;
- Negar haver um mundo externo;
- Negar a possibilidade de cura dos seus problemas, ou mesmo de existir alguma forma de minimizar o seu sofrimento;
- Alucinações olfativas: referir odor a "carne podre", que frequentemente atribuem ao seu corpo em decomposição e creem que todas as pessoas em seu redor também o sentem;
- Ideias de culpa, ruína e condenação (consideram-se inúteis, causadores da infelicidade da família, fonte de contaminação para quem lhes está próximo, terem de pagar pelos seus pecados);
- Ansiedade;
- Insensibilidade à dor;
- Não reconhecerem a sua imagem num espelho;
- Não se alimentarem ou higienizarem: acreditam não precisar, dado já estarem mortos;
- Tendência suicida.



TRATAMENTO

Quando estes doentes chegam ao médico habitualmente já estão numa fase avançada da doença, em que, além dos sintomas psiquiátricos, existem alterações noutros órgãos e sistemas (normalmente secundários a falta de alimentação ou a traumas por acidentes que os próprios causaram, acreditando que não lhes provocaria dano, dado já estarem mortos).

Não existe atualmente cura para esta síndrome. A maioria destes doentes carecem de internamento para reversão dos delírios de negação, estabilização do quadro psiquiátrico de base (se presente), vigilância de autoagressões e alimentação cuidada.

A terapêutica aplicada é individualizada pois depende da forma de apresentação e sua gravidade. As terapêuticas a que os médicos psiquiatras mais recorrem são os medicamentos antidepressivos, antipsicóticos, estabilizadores do humor, ansiolíticos, bem como a psicoterapia e a eletroconvulsivoterapia.



Ana Cristina Pratas
CTEN MN

www.facebook.com/participanosadeaparatos

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• CFR M Pedro José Clara Pais Aires de Castro, para o cargo de Comandante do NRP *D. Carlos I* • 1TEN M Bruno Miguel Tristão de Brito; para o cargo de Comandante do NRP *Mondego*.

RESERVA

• CALM Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva • CMG EMA Paulo Alexandre Rodrigues Soares • CMG M António Luís Teixeira • CMG M Jaime Filipe dos Santos Lameiras Trabucho • CFR FN Maria da Graça Cardoso Marques • CFR STH José Carlos Cardoso Jerónimo • SMOR MQ Luís Miguel Pinheiro da Silva • SMOR MQ Luís Manuel Caeiro Ricardo • SMOR T Carlos Manuel Penha da Silva • SCH MQ João Manuel do Nascimento Antunes Almeida • SCH L Jorge Manuel dos Santos Martins • SCH R José Fernandes dos Santos Esteves Rodrigues • SCH L Jorge Manuel dos Santos Martins • SAJ E José Carlos da Cruz Branco Gaspar • SAJ FZ Diamantino Ribeiro dos Santos Moreira Teixeira • CMOR TFD Manuel António Fernandes Batista • CMOR M Jorge Manuel Martins da Silva • CMOR FZ Fernando Arnaldo Lopes

Santos • CMOR TFD Domingos António Teixeira Pedro • CMOR CCT Manuel António Santos Nunes • CMOR TFD Carlos Alberto Vieira da Cunha • CMOR CM Mário Augusto Santos Quintino.

FALECIDOS

• 455157 CTEN OTS REF João Abel da Costa Gonçalves • 406055 SMOR MQ REF José Gonçalves Madail • 159964 SMOR FZ REF António Manuel Afonso Fernandes • 421056 SCH CM REF Manuel Ventura Luís • 181545 SAJ CM REF Álvaro José de Oliveira Silva • 470757 SAJ FZ REF Francisco Rojão Galego • 88975 SAJ A REF Álvaro de Jesus Inácio • 193880 SAJ TFH REF Luciano da Silva Manuel • 254178 1SAR CM REF José Adriano Teixeira Ferreira • 270 2SAR FZ REF Armando Varela • 438456 1SAR L REF Durbalino Camilo Ferreira • 492257 2SAR FZ REF Isidoro Rola Marques • 669260 CAB CM REF Domingos de Sousa da Silva • 68066 CAB FZ REF António Luísa • 733880 CAB FZ REF António Domingos de Brito • 77265 CAB FZE REF Joaquim José Gonçalves • 614356 1MAR M REF José Fernandes Pereira Ribeiro • 31002853 AGENT 1CL PM REF Joaquim Malpique Semedo • 34003385 CPONTE QPMM EFEC José Domingos Frade Costa.

CONVÍVIOS

JANTAR DE PILOTOS 2021

Efetou-se no passado dia 8 de outubro o Jantar de Pilotos de 2021. É um jantar que se realiza todos os anos, perto do 50th, de modo a comemorar a primeira aterragem de um *Lynx* a bordo de um navio português, no caso, o NRP *Corte-Real*.

Este ano contou com a presença de 15 pilotos, abrangendo oficiais desde o primeiro ao último curso de pilotagem da Esquadilha de Helicópteros.



“FILHOS DA ESCOLA” OUTUBRO DE 1972

Os "Filhos da Escola" de outubro de 1972, que comemoraram o seu 49.º aniversário no habitual almoço/convívio anual que decorreu no passado dia 2 de outubro em Santa Maria da Feira, decorreu em ambiente de alegria, amizade e saudade dos tempos de juventude passados com orgulho e espírito de missão na Armada – MGP ao serviço da Pátria.





Retábulo de Nossa Senhora da Vida | Atribuído a João de Góis | Lisboa, c. 1580 |
Folhaça políctora | 500 x 465 cm
Proveniente da Capela de Nossa Senhora da Vida, Igreja de Santo André, Lisboa
MNAZ, Inv. 138 AZ

Foto Lúcia Oliveira, Arquivo de Documentação Fotográfica/DADB/FS,
Direção-Geral do Património Cultural / DGPC

O CÉU ACREDITA EM NÓS

“Eis o grito das tuas sentinelas... todas juntas soltam brados de alegria, porque veem com os próprios olhos o Senhor que volta para Sião” Is, 52, 8.

Os últimos tempos têm sido muito difíceis para todos.

À crise sanitária juntou-se a crise climática, a crise alimentar, a crise migratória e ainda outras provocando grandes sofrimentos a nível mundial.

Devido a tudo isso, tivemos de nos reinventar, tivemos de quebrar rotinas que quase nasceram connosco e tivemos de reaprender a viver.

Foi muito doloroso para todos, mas como sempre, sobretudo para os mais frágeis.

Foi um tempo essencialmente de perdas. Perdemos contactos, perdemos partilhas, perdemos amizades e, pior ainda, alguns de nós até perderam pessoas que nos eram tão caras.

De tal modo foi, que quando nos apercebemos, andávamos a caminhar sozinhos.

E tudo isto deixa marcas que, se não estivermos atentos, nos podem afetar negativamente para sempre. Facilmente nos deixamos enrolar numa onda de pessimismo que importa deixar para trás.

Que bom seria que conseguíssemos sair destes sucessivos confinamentos sarados física e espiritualmente.

Para o crente e para os homens de boa vontade em geral, nenhuma notícia é mais reconfortante do que pressentirem que vai ser Natal outra vez.

Muitos sonharam que no pós-pandemia a sociedade ficaria melhor e a criança frágil do Natal para aí nos aponta, mas nada acontece por pura magia.

E de facto, a tarefa da mudança é um caminho que começa muitas vezes por um simples estímulo. A história que se segue pode ajudar.

“Certo rei recebeu um dia de presente dois falcões magníficos.

O rei ordenou que os dois pássaros fossem treinados pelo mestre de falcoaria.

Passados uns meses o falcoeiro informou o rei que um dos falcões estava a voar majestosamente, mas que o outro não se movera do mesmo galho desde o dia em que chegou.

O rei convocou todos os curandeiros e feiticeiros do reino para trazerem do falcão, mas nenhum deles conseguiu fazer voar o falcão.

Depois de ter tentado de tudo, o rei pensou que talvez um camponês com experiência em assuntos da natureza o pudesse ajudar a resolver o problema. Então, ordenou à sua corte que lhe trouxessem um camponês com urgência.

Na manhã seguinte, o rei foi surpreendido ao ver o falcão a sobrevoar os jardins do palácio e pediu aos membros da corte para lhe trazerem o autor do milagre.

Quando o camponês chegou à presença do rei este perguntou-lhe: “Como é que conseguiu fazer o falcão voar?”

Com reverência, o humilde camponês disse ao rei: “Foi fácil, majestade. Eu simplesmente cortei o galho”.

Marcados pelo Natal (Estímulo superlativo) não podemos alimentar pessimismos.

Vamos celebrar o Natal e não o façamos distorcendo a sua singularidade.

Este não deve ser um tempo de confusão e gastos sem sentido, como acontece vezes de mais. O Natal tem de ser tranquilo, sereno, pacífico e acolhedor.

O tempo de Natal é o momento privilegiado para descobrirmos que a vida só tem sentido se for uma festa de encontros onde tudo se agradece.

A pessoa crente não é aquela que mantém os primeiros compromissos, mas sim a que permanece comprometida para sempre procurando não ser indiferente às realidades que a rodeia, mas antes comprometida com o mundo que a envolve.

Se não for assim, o Natal não passará de um efémero e desvirtuado acontecimento.

Dizia assim o Papa Francisco por ocasião da Semana Santa: “O cristão deve comparecer às periferias existenciais que são muito mais do que periferias físicas e geográficas”.

O Papa chega ao ponto de afirmar que a humanidade precisa de ressuscitar.

Ele comprova que com esta pandemia recordamos que “ninguém se salva sozinho”, apelando a uma “cultura do cuidado”, sublinhando que muito mais do que “os outros” deve ser afirmado o “nós”.

E continuando de modo ainda mais sublime o Santo Padre: “Ninguém pode ter medo de conjugar a civilização do amor, contra a angústia e o medo, a tristeza e o desalento, a passividade e o cansaço. Civilização do amor que se constrói de modo ininterrupto e que pressupõe o esforço e o comprometimento de todos”.

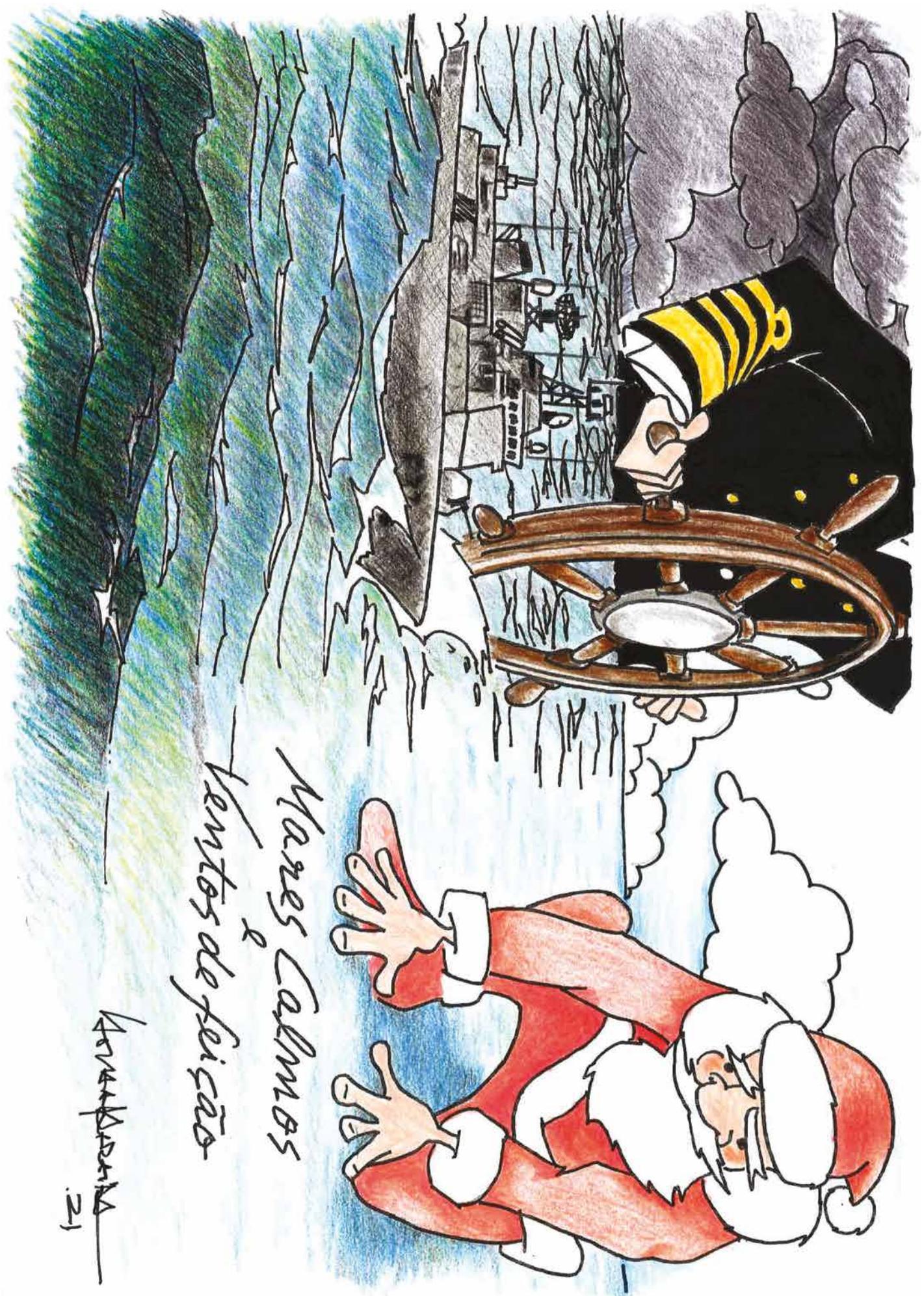
Caros leitores

Esta era pós-pandemia será desafiante e complexa, mas é uma oportunidade de construirmos um mundo melhor para todos. Não vejo outro estímulo com maior sabor a Natal.

A todos os marinheiros, em terra ou no mar, bem como às suas excelentíssimas famílias, um santo Natal e um Novo Ano cheio de esperança.



José Ilídio Costa
CMG CAP



Mares e Calmas
Ventos e feições

Armando Mendes
21